
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

2014-2020

DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO

Maio 2012



Ministério da Agricultura,
do Mar, do Ambiente e do
Ordenamento do Território

GPP
Gabinete de Planeamento
e Políticas

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
PARTE I – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DO COMPLEXO AGROFLORESTAL	7
I.1 A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA	7
I.2 A IMPORTÂNCIA AMBIENTAL	14
I.3 A IMPORTÂNCIA SOCIAL E TERRITORIAL	16
I.4 AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: PRINCIPAIS DADOS	19
PARTE II - CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL - RESULTADO DAS AUSCULTAÇÕES	22
PARTE III – ORIENTAÇÕES E GOVERNAÇÃO	27
III.1 ESTRATÉGIA 2014-2020	27
III.1.1 VISÃO ESTRATÉGICA	28
III.1.2 OPÇÕES	31
III.2 TIPIFICAÇÃO PRÉVIA DE MEDIDAS	32
III.2.1 O REGULAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	32
III.2.2 AS MEDIDAS	33
III.2.3 ARTICULAÇÃO COM O 1º PILAR	35
III.2.4 O QUADRO ESTRATÉGICO COMUM E OS OBJETIVOS EUROPA 2020	35
III.2.5 ARTICULAÇÃO ENTRE FUNDOS	37
III.3 GESTÃO DO PROGRAMA	38
ANEXOS	39
ANEXO I – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	40
ANEXO II – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR À PARTE II	51
ANEXO III – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR À PARTE III	58
GLOSSÁRIO	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL, AGROALIMENTAR E FLORESTAL (MILHÕES DE EUROS)	8
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO EM VALOR DA PRODUÇÃO, CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS ALIMENTARES ENTRE 2000 E 2011 (2000=100)	9
GRÁFICO 3: ÍNDICES DE PREÇOS IMPLÍCITOS NO VAB AGRÍCOLA, DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES DAS BEBIDAS E DO TABACO E DO COMÉRCIO (2000=100)	11
GRÁFICO 4: ÍNDICES DE PREÇOS IMPLÍCITOS NO VABCF AGRÍCOLA E NO PIB	13
GRÁFICO AI1: PESO DO VAB DO CAF NA ECONOMIA - NUTS III (%)	40
GRÁFICO AI2: EVOLUÇÃO DA CAPITAÇÃO DIÁRIA DE PROTEÍNAS, HIDRATOS DE CARBONO E GORDURAS ENTRE 1990 E 2008 (1990=100)	44
GRÁFICO AI3: ÍNDICES DE PREÇOS IMPLÍCITOS NA PRODUÇÃO, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VAB AGRÍCOLA ..	44
GRÁFICO AI4: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DO TRABALHO* AGRÍCOLA E RESPECTIVAS COMPONENTES 2000-2011	46
GRÁFICO AI5: COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO VABCF, PREÇOS CORRENTES	46
GRÁFICO AI6 – EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES GEE DO SECTOR AGRÍCOLA E VAB AGRÍCOLA	47
GRÁFICO AI7: CONSUMO DE ÁGUA	48
GRÁFICO AI8 – CONSUMO DE FINAL DE ENERGIA NA AGRICULTURA E VAB AGRÍCOLA, EM VOLUME	48
GRÁFICO AI9: SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E RESPECTIVA VARIAÇÃO 2009/1999	48
GRÁFICO AI10: PESO DO EMPREGO DO CAF NA ECONOMIA – NUTS III (%)	50

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: REDE NATURA E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS TIPOS DE ÁREAS CLASSIFICADAS DA REDE NATURA 2000 EM PORTUGAL CONTINENTAL	15
FIGURA 2: IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA E FLORESTA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO 2009 (%)	18
FIGURA 3: AGRICULTURA POR REGIÃO, DIMENSÃO ECONÓMICA E ORIENTAÇÃO PRODUTIVA EM 2009	19
FIGURA AI1: PESO DO VAB E EMPREGO DA AGRICULTURA NA ECONOMIA REGIONAL (%)	41
FIGURA AI2 - PESO DO VAB E EMPREGO DA SILVICULTURA NA ECONOMIAS REGIONAL (%)	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO ¹ DE BENS ALIMENTARES ² (%)	10
QUADRO AI1: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO PIB (%)	40
QUADRO AI2: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (%)	43
QUADRO AI3: TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO	

COMPLEXO AGRO-FLORESTAL E ECONOMIA, PREÇOS CORRENTES (%).....	43
QUADRO AI4: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB AGRÍCOLA E DO PIB (%).....	44
QUADRO AI5: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VABPM AGRÍCOLAS E PIBPM (VALOR, VOLUME E PREÇOS)	45
QUADRO AI6: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO (%).....	45
QUADRO AI7: PRODUTO, EMPREGO E RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA.....	47
QUADRO AI8: REPARTIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS AOS AGRICULTORES 2009	47
QUADRO AI9: N.º DE EXPLORAÇÕES E SAU SEGUNDO A DIMENSÃO FÍSICA NO RGA99 E RA09.....	49
QUADRO AI10: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO EMPREGO (%)	49
QUADRO AII1: QUESTÃO 1.1	51
QUADRO AII2: QUESTÃO 1.2	51
QUADRO AII3: QUESTÃO 2	51
QUADRO AII4: DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS NA QUESTÃO 2.....	53
QUADRO AIII1: SALDO COMERCIAL AGROALIMENTAR NO PRODUTO AGROALIMENTAR NO PIB	58
QUADRO AIII2: SÍNTESE DAS MEDIDAS PROPOSTAS	59
QUADRO AIII3: INTERLIGAÇÃO AS PRIORIDADES DESENVOLVIMENTO RURAL/FEADER.....	63
QUADRO AIII4: INTERLIGAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS UE2020, OBJETIVOS TEMÁTICOS QEC E PRIORIDADES DESENVOLVIMENTO RURAL - DOMÍNIOS E MEDIDAS	64

INTRODUÇÃO

O apoio ao desenvolvimento rural é um instrumento fundamental ao dispor do país para a promoção do sector agro-florestal e do desenvolvimento territorial equilibrado. O exercício de programação é decisivo para que este instrumento contribua para melhorar a produção alimentar viável, a criação de emprego em todo o território nacional, a gestão sustentável dos recursos naturais e o combate às alterações climáticas.

Em 2014 inicia-se um novo período de programação de fundos comunitários, nos quais se insere o apoio ao desenvolvimento agrícola e rural a financiar pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER). De modo a acomodar a nova arquitetura que a União Europeia adota, bem como garantir a continuidade dos principais regimes de apoio, importa colocar à disposição dos agentes os instrumentos adequados para cumprir os objetivos nacionais e comunitários para o desenvolvimento rural, no atual contexto da crise económica, da pressão sobre as finanças públicas e a crescente necessidade de mobilização dos recursos para o investimento privado.

Em Outubro de 2011 foram apresentadas, pela Comissão Europeia, as propostas legislativas relativas à reforma da PAC, nomeadamente o Regulamento de Desenvolvimento Rural. Em Janeiro de 2012, o MAMAOT efetuou uma apresentação pública sobre a abordagem estratégica para o período pós-2013, com a participação da Região Autónoma da Madeira e da Região Autónoma dos Açores, onde foi lançado um questionário a entidades ligadas ao sector relativo ao futuro programa de desenvolvimento rural para o período 2014-2020. O Regulamento do Desenvolvimento Rural está em discussão ao nível do Conselho Europeu, e tem vindo a ser analisado no seio do MAMAOT, em contacto permanente com as entidades sectoriais.

O documento de orientação, que se apresenta nas páginas seguintes, define a orientação base do programa de desenvolvimento rural para o período 2014 – 2020 (PDR2020) e, simultaneamente promove o debate sobre as medidas que deverão integrar aquele programa. Para este fim são apresentados elementos das medidas a incluir no PDR2020, assim como das principais linhas das modalidades de gestão do programa.

O trabalho que a seguir se apresenta é constituído por três partes. A parte I apresenta o enquadramento das atividades ligadas à agricultura e floresta, relativamente ao seu papel económico, ambiental, social e territorial. É, também, realizada uma breve caracterização das explorações agrícolas.

A parte II sistematiza as visões das entidades, do sector privado e da administração. Corresponde ao resumo dos resultados do inquérito formulado às entidades privadas com intervenção no sector agro-florestal e aos organismos públicos relativamente à operacionalização da Proposta de Regulamento do Desenvolvimento Rural 2014-2020, procurando o seu envolvimento na identificação das prioridades para o próximo Programa de Desenvolvimento Rural.

A parte III corresponde à orientação da tutela para discussão pública, relativamente ao conteúdo do programa em termos de prioridades estratégicas e à sua gestão, avaliação, acompanhamento e integração no denominado quadro no estratégico comum, tipificando-se as medidas propostas e sua relação com a estratégia delineada.

Assinala-se que o presente documento embora estabeleça as orientações para os instrumentos de política de Desenvolvimento Rural necessitará de uma adequação suplementar, por parte, dos organismos próprios das Regiões Autónomas.

PARTE I – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DO COMPLEXO AGROFLORESTAL

I.1 A IMPORTÂNCIA ECONÓMICA

O Complexo Agro-Florestal (CAF), que inclui o **Complexo Agro Alimentar** (agricultura e as indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o **Complexo Florestal** (silvicultura e as indústrias transformadoras de produtos florestais), representa cerca de 6% do PIB quadro AI1¹). Em termos regionais observam-se situações muito diferenciadas:

- a especialização produtiva agro-florestal em algumas sub-regiões, designadamente o Alto Alentejo, a Lezíria do Tejo, o Baixo Alentejo e o Entre Douro e Vouga, onde o CAF representa, respetivamente, 18%, 16%, 15% e 14% do respetivo produto regional. Note-se que se nas sub-regiões Alentejanas predominam as atividades primárias, no Entre Douro e Vouga é a indústria florestal a principal geradora de produto agro-florestal (gráfico AI1).

ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NA AGRICULTURA E FLORESTA EM ALGUMAS REGIÕES PREDOMINANTEMENTE NO INTERIOR

A Agricultura gera aproximadamente 2% do PIB do total da economia, a custo de fatores². A sua importância na formação do produto regional apresenta valores superiores à média nacional em muitas-das regiões NUTS III, revelador de alguma especialização produtiva no sector, destacando-se o **Baixo Alentejo** e o **Alto Alentejo**, em que a agricultura representa, respetivamente, 10% e 7% do produto regional, mas também o **Alto Trás-os-Montes** e a **R.A. Açores**, onde a agricultura gera 6% do produto (figura AI1).

A Silvicultura também contribui para a formação do produto, salientam-se as sub-regiões Pinhal Interior Sul e o Alto Alentejo, em que silvicultura gera mais de 4% do produto regional (figura AI2).

¹ Em anexo encontra-se informação que complementa o documento. As referências para anexo ao longo do texto, identificam-se por AI, AII, AIII conforme estejam associados ao Anexo I, II ou III.

² A importância da valorização do produto agrícola a custo de fatores (isto é, somando ao VAB_{pm} todos os subsídios líquidos de impostos) é maior e mais estável ao longo da década em análise. Acresce que é pertinente tomar esta medida em consideração não só na ótica do rendimento mas também da produção, pois parte dos subsídios agrícolas destinam-se a pagar bens públicos não remunerados pelo mercado.

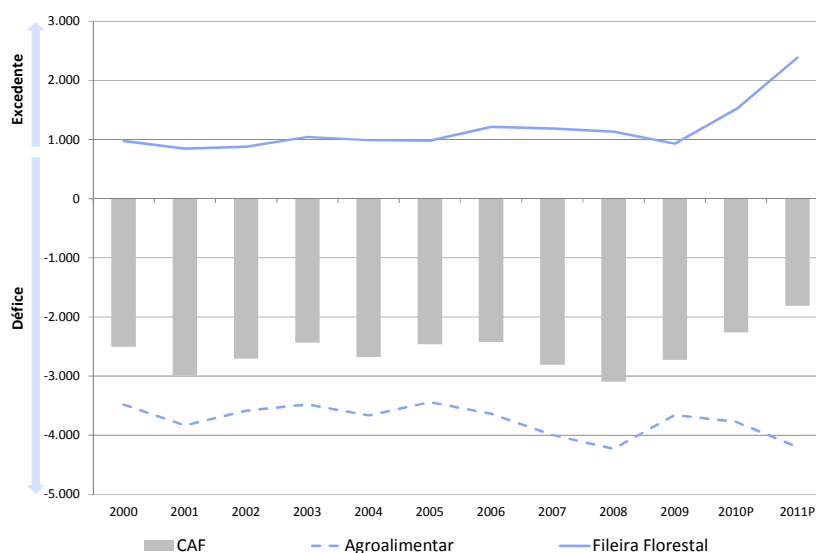
CRESCIMENTO DA ORIENTAÇÃO SECTORIAL PARA O MERCADO EXTERNO

Os produtos do **Complexo Agroflorestal** são bens internacionalmente transacionáveis, isto é, que podem ser importados e exportados e estão, portanto, sujeitos à concorrência internacional nos mercados externos e no mercado interno. As atividades do complexo agroflorestal têm por isso um papel importante no comércio internacional representando, atualmente, cerca de 20% e 18%, respetivamente, dos valores das exportações e das importações de bens da Economia (quadro AI2).

O saldo da balança comercial agroflorestal, tradicionalmente negativo, tem apresentado melhorias significativas (gráfico 1), representando, em 2009, cerca de 21,8% do défice comercial da economia portuguesa³. Esta melhoria resultou do aumento da **orientação sectorial** para o mercado externo, cujas exportações têm crescido a ritmo superior às importações e, de forma mais acentuada que a tendência global da economia (quadro AI3).

De facto, o valor das exportações de bens agro-florestais cresceu 6,2% em média anual no período 2000-2011, quando a taxa de crescimento anual do total de bens exportados por Portugal foi de 4,0% no mesmo período.

GRÁFICO 1: SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL, AGROALIMENTAR E FLORESTAL (MILHÕES DE EUROS)



P – dados preliminares

Fonte: GPP, a partir de CN (Base 2006), INE.

As exportações agroalimentares assentam principalmente no vinho, produtos da pesca, hortícolas e frutícolas e azeite, para além do tabaco e do leite e lacticínios. Relativamente aos

³ $(EXP_{CAF} - IMP_{CAF}) / (EXP_{Totais} - IMP_{Totais}) * 100$

produtos Florestais as exportações são mais significativas na fileira da pasta e do papel, na dos painéis de madeira, fibra e partículas e na fileira da cortiça, nomeadamente na rolha.

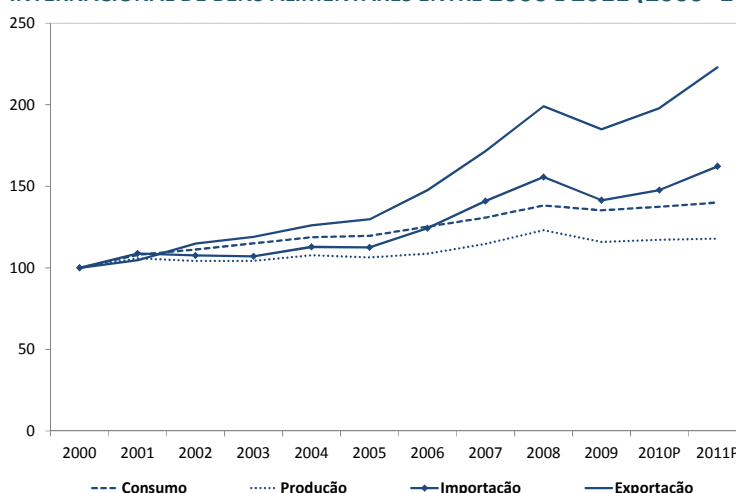
O complexo agroalimentar, apesar do recente dinamismo das suas exportações (média anual 8,3% no período 2000-2011), apresenta níveis de autoaprovisionamento que revelam uma dependência do exterior, como veremos adiante. Já o complexo florestal apresenta níveis de aprovisionamento acima dos 100% evidenciando a sua orientação exportadora contribuindo positivamente para o saldo da balança comercial.

FORTE CRESCIMENTO DO CONSUMO DE BENS ALIMENTARES

Na última década tem-se verificado um incremento dos fluxos de comércio internacional de produtos alimentares em Portugal. A **capacidade exportadora** do sector apresentou um **grande dinamismo** com as exportações a crescerem a um ritmo superior ao das importações (7% face a 4,5%, em valor médio anual).

Além do incremento dos fluxos do comércio internacional tem vindo a ocorrer, por um lado um **aumento significativo dos níveis de consumo**, o consumo interno de bens alimentares registou um crescimento médio anual de 3,1% (em valor entre 2000 e 2011), por outro lado uma **alteração dos padrões de consumo**, por exemplo, a capitação diária de proteínas e gorduras aumentou respetivamente, 15% e 17% face a 1990 (gráfico AI2) em resultado do aumento do consumo de carne, óleos e gorduras.

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO EM VALOR DA PRODUÇÃO, CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS ALIMENTARES ENTRE 2000 E 2011 (2000=100)



P – dados provisórios

Fonte: GPP, a partir Contas Nacionais, INE

Destaca-se o crescimento positivo da produção de bens alimentares (1,5% ao ano) neste período, contudo insuficiente para compensar o incremento dos níveis de consumo. Acresce-se que o crescimento associado ao consumo estará, em parte, relacionado ao aumento do consumo de bens que não são característicos da produção nacional (é o caso dos frutos tropicais e de algumas carnes).

O grau de autoaprovisionamento alimentar, um indicador habitualmente utilizado que relaciona o valor agregado da produção alimentar com uma estimativa indireta do consumo desses bens, tem-se mantido estável na última década e é cerca de 83% (quadro 1) mas deve ser interpretado com prudência, em particular, quando calculado a um nível agregado. Se for corrigido das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares (deduzindo, portanto, as duplicações de custo ao longo da fileira) apresenta um valor **próximo dos 70%**.

QUADRO 1: GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO¹ DE BENS ALIMENTARES² (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010P	2011P
Grau de autoaprovisionamento	83,2	83,6	82,8	82,1	82,2	83,0	82,8	81,9
Grau de autoaprovisionamento corrigido¹				71,3	70,9	73,0		

¹ Com correção das produções alimentares que são dirigidas para consumos intermédios dos próprios ramos alimentares

²Corresponde ao agregado agricultura (sem tabaco e algodão), pescas e indústrias alimentares e bebidas.

P - dados provisórios, GPP.

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais (Base 2006) e Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

MANUTENÇÃO DO RITMO DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES PODERÁ LEVAR A AUMENTO DE AUTO APROVISIONAMENTO EM CERTAS CONDIÇÕES

Segundo cenários efetuados pelo GPP, a manutenção dos níveis de consumo de 2010 acompanhada pelo ritmo atual do crescimento real das exportações (7% média anual do período 2000-2010) e de um crescimento na produção alimentar (de 1,5% para 2% média anual) traduzir-se-ia num significativo aumento do grau de auto aprovisionamento alimentar, em valor, e uma diminuição das importações.

Contudo, para alcançar estes resultados, é fundamental que o aumento da produção alimentar nacional se baseie em sectores com fraca dependência de consumos intermédios importados, com vantagens comparativas, e que prevalecem na estrutura produtiva nacional, como se verá adiante.

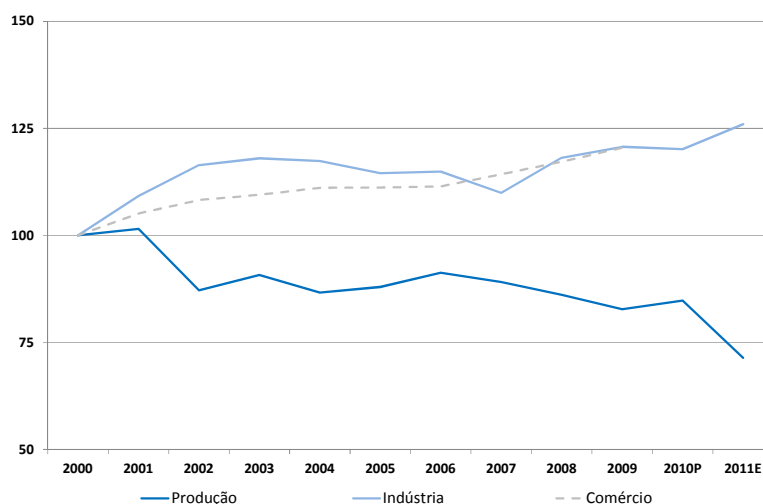
O crescimento dos sectores com maior dependência de consumos intermédios importados, terá que ser fundamentado na criação de valor de modo a atingir uma balança comercial equilibrada.

FORTE DEGRADAÇÃO DOS PREÇOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA RELATIVAMENTE AOS PREÇOS DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS E CONSEQUENTEMENTE PERDA DO PESO DO SECTOR AGRÍCOLA AO LONGO DA CADEIA DE VALOR

A análise específica ao sector agrícola revela num **ligeiro decréscimo do produto agrícola**, em volume (a preços constantes) de 3,5% (média anual: -0,3%) no período 2000-2011. Contudo, em valor (a preços correntes), esta tendência é mais pronunciada, diminuindo 31,1% (média anual: -3,3%) no mesmo período.

O contraste observado entre as evoluções do produto agrícola em valor e em volume deveu-se à **forte diminuição dos preços implícitos no produto agrícola** (-28,6%) no período 2000-2011 (média anual de -3%), em virtude da conjugação de um **crescimento acentuado dos preços dos consumos intermédios** (35,2%, média anual 2,8%) com uma relativa **estabilização dos preços do conjunto da produção agrícola**, que cresceram 5,8% no mesmo período, (média anual 0,5%). A relativa estabilidade, em volume, do valor acrescentado agrícola traduziu-se numa forte quebra em valor (quadros AI4 e AI5 e gráfico AI3). O poder aquisitivo desse valor, isto é, a capacidade de comprar bens com o produto gerado pela agricultura, ainda teve uma diminuição mais acentuada (29%) já que os preços do resto da economia continuaram a crescer.

GRÁFICO 3: ÍNDICES DE PREÇOS IMPLÍCITOS NO VAB AGRÍCOLA, DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES DAS BEBIDAS E DO TABACO E DO COMÉRCIO (2000=100)



P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE.
 Data de versão dos dados: Março de 2012

Por outro lado, o contraste entre as evoluções do preço da produção agrícola e os custos inerentes à sua produção é revelador da **fragilidade do sector na cadeia de abastecimento alimentar**, na medida em que a produção não consegue repercutir nos respetivos preços o

significativo aumento dos custos de produção. Traduzindo-se numa diminuição dos preços implícitos no produto agrícola e, consequentemente **perda de peso na cadeia de valor alimentar**.

A partir de 2009, os bens alimentares, ao longo de toda a cadeia, tiveram um crescimento inferior à inflação, revelando a importância dos bens alimentares na contenção geral dos preços, o que é conseguido, contudo com sacrifício do rendimento dos agricultores.

FRACA CONCENTRAÇÃO DA OFERTA CONTRIBUI PARA FRAGILIDADE DO SECTOR

A **fraca concentração da oferta agrícola** poderá contribuir, em parte, para esta fragilidade. De facto, mesmo o sector com apoios específicos para a organização de produtores (OP's) e com organizações formalmente constituídas, como é o caso do sector hortofrutícola, possui um grau de organização (peso da produção resultante de organizações de produtores) de apenas 20% face aos 43% da média UE. O setor do leite organizado em cooperativas, sem estatuto de OP, apresentou um grau de organização na ordem dos 75%, sendo, juntamente com os sectores do vinho e da kiwicultura, exemplos de organização sectorial. Contudo, a reduzida concentração da oferta é ainda generalizada.

CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TEM DEPENDIDO PARCIALMENTE DE SETORES FORTEMENTE CONSUMIDORES DE CONSUMOS INTERMÉDIOS IMPORTADOS

A análise da estrutura da produção agrícola portuguesa e da dinâmica de evolução nos períodos 2000-2010 permite constatar a **acentuada prevalência da produção vegetal (57,6%) sobre a produção animal (37,1%)**, nomeadamente a concentração da produção em quatro setores, três deles de produtos vegetais (hortícolas, frutos, vinho) e um de produção animal (leite), destacando-se a importância crescente dos hortícolas, com 20,5% da produção em 2010, imediatamente seguidos do vinho e dos frutos. (Ver quadro A16).

Considerada de modo agregado, a **produção animal apresenta uma dinâmica positiva de crescimento** no período em análise, contrastando com a variação negativa da produção vegetal⁴, contudo duas das componentes mais dinâmicas da produção animal, suínos e aves de

⁴ Se a análise da estrutura produtiva for realizada com base no VAB o peso do setor vegetal é ainda significativamente reforçado, pois o fato do setor animal ser fortemente utilizador de consumos intermédios o seu valor acrescentado representa uma parcela diminuta do valor da produção, pelo que o crescimento da sua produção tem um impacto muito inferior no valor acrescentado - o setor animal representa, em média no período 2007-2010, apenas 16% do VAB agrícola a preços base, isto é incluindo os subsídios ligados, e 11% do VAB agrícola a preços de mercado isto é sem subsídios, o que contrasta com o peso na produção agrícola (cerca de 44%), segundo estimativas GPP.

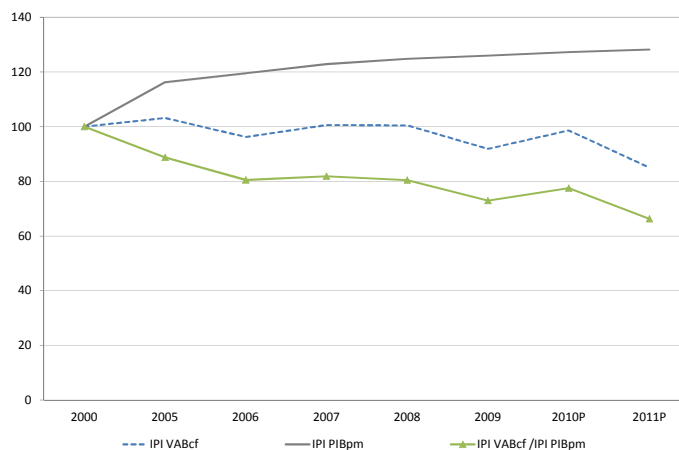
capoeira, são fortemente subsidiárias de consumos intermédios de bens (cereais, alimentos para animais e energia) maioritariamente importados⁵.

Portanto, o crescimento da produção agrícola tem dependido, parcialmente, de setores de produção animal fortemente consumidores de consumos intermédios importados, cujos preços têm tido um comportamento muito volátil e tendencialmente crescente.

O RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA DIMINUIU EM RESULTADO DA DEGRADAÇÃO DOS PREÇOS NA PRODUÇÃO

A produtividade do trabalho agrícola tem vindo a crescer⁶ a um ritmo substancialmente superior ao verificado no conjunto da economia que se relaciona, quer com a diminuição acentuada do número e do peso relativo das explorações mais pequenas, quer reflexo de melhorias tecnológicas e de alterações da ocupação cultural reveladoras de capacidades de inovação e de adaptação dos agricultores de que se destaca a utilização e modernização das infraestruturas do regadio

**GRÁFICO 4: ÍNDICES DE PREÇOS IMPLÍCITOS NO VABcf
AGRÍCOLA E NO PIB**



Fonte: GPP, a partir de CEA e Contas Nacionais (Base 2006), INE

Apesar do forte crescimento da produtividade real do trabalho⁷ no período 2000-2011 (30% ou seja 2,5% em média anual), o poder aquisitivo do rendimento unitário do trabalho agrícola⁸ conheceu uma variação no mesmo período de -13,5 %, ou seja -1,3% em média anual (gráfico AI5 e quadro AI7). Este decréscimo, só não foi maior, devido ao considerável aumento do valor

⁵ Na suinicultura e na avicultura o custo com alimentação animal, largamente dependente direta ou indiretamente de importações, ultrapassa 80% dos custos totais.

⁶ Em resultado de uma diminuição do emprego, medido em volume de trabalho (- 26%, ou seja 2,7% em média anual) significativamente superior ao decréscimo verificado no produto (-0,3%, em média anual).

⁷ Produtividade do trabalho: VAB_{pm} a preços constantes por UTA.

⁸ VABcf por UTA deflacionado pelo Índices de Preços Implícitos no PIB (CN, INE).

dos subsídios que cresceram, em média anual no período 2000-11, 3% (2,9% líquidos de impostos) em termos nominais, o que corresponde a 0,7%⁹ em termos de poder aquisitivo real.

Os subsídios ao sector representam, atualmente, 30% do rendimento agrícola (gráfico A15). Evidenciam uma **distribuição regionalmente equilibrada**, traduzindo a importância de cada região na agricultura portuguesa, em termos de ocupação do território e relevância na produção agrícola, e a existência de **complementaridade dos apoios atribuídos no I e II pilar** (quadro A18).

Em suma, apesar do contributo do aumento dos subsídios para o amortecimento da redução do rendimento da atividade agrícola, a forte degradação dos preços implícitos no produto agrícola relativamente aos preços implícitos no PIB da Economia exerceu uma influência muito negativa, de tal modo que prevaleceu sobre aquele fator positivo e conduziu a uma diminuição em valor e, ainda mais acentuada, em termos de poder aquisitivo real.

I.2 A IMPORTÂNCIA AMBIENTAL

AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E FLORESTAIS TÊM UM CONTRIBUTO POSITIVO PARA O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO.

A suscetibilidade à desertificação¹⁰ que existe em 37% do território, sobretudo no sul e interior centro e norte, tem tendência a agravar-se face aos cenários de alteração climática previsíveis para a região mediterrânica.

Em termos globais, as **atividades agrícolas e florestais têm tido um contributo positivo para o equilíbrio ecológico e ocupação do território que importa potenciar:**

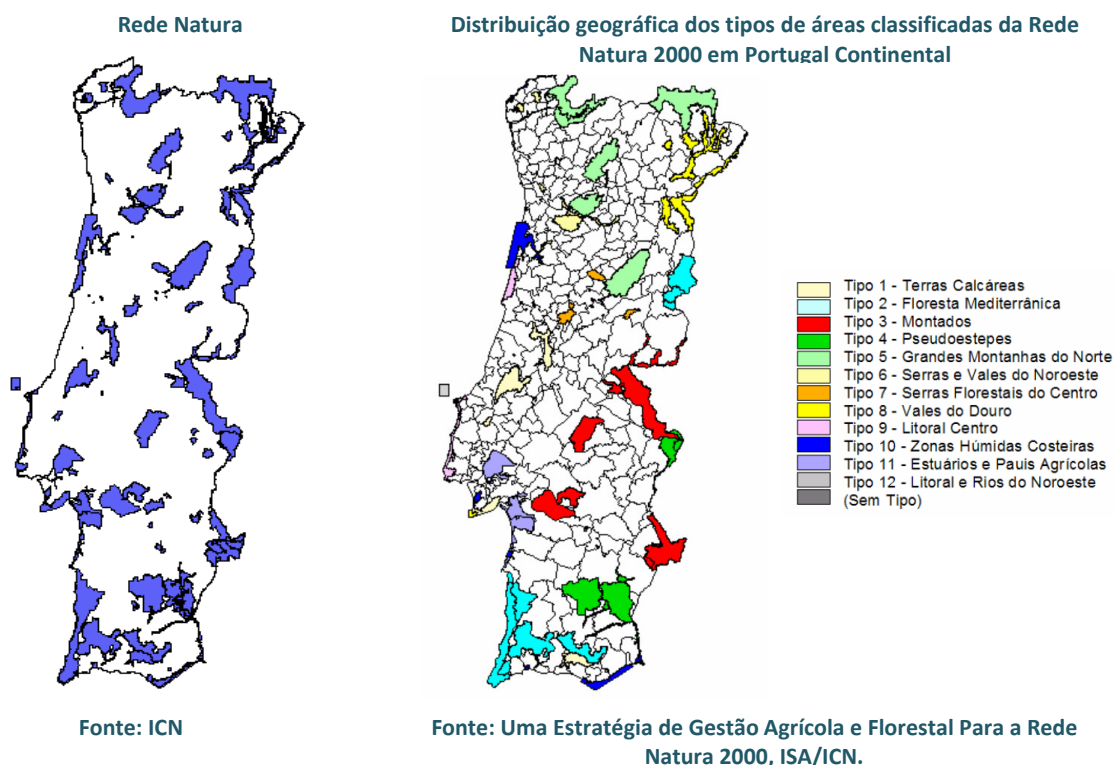
- ¾ da SAU é ocupada por sistemas de agricultura extensiva, os quais se relacionam predominantemente, quer com culturas arvenses, quer com a produção de animais em regime de pastoreio, os quais têm à partida condições favoráveis para a preservação dos recursos naturais e a manutenção do importante património de biodiversidade existente no país.

⁹ Recorrendo ao deflator do PIB (GPP a partir de CN, INE). A evolução anual dos subsídios apresenta alguns comportamentos atípicos devido ao calendário de pagamentos (Dezembro ano n a Junho ano n+1) que pode levar à concentração da contabilização dos subsídios em determinados anos em detrimento de outros. Foi o caso do ano de 2010, em que foram pagos alguns subsídios de anos anteriores, nomeadamente o RPU, e por esta razão está sobreavaliado

¹⁰ Segundo a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação esta consiste na degradação do solo em regiões áridas, semiáridas e sub-húmidas secas resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas. O conceito não deve ser confundido com despovoamento ou “desertificação humana”.

- Em **90%** das áreas classificadas para proteção da biodiversidade no âmbito da rede ecológica comunitária - **Rede Natura 2000** existe um **elevado grau de associação entre os valores naturais a conservar e o tipo de gestão agrícola e florestal** praticado (figura 1).
- 18% da SAU está integrada em áreas classificadas para conservação da natureza.

FIGURA 1: REDE NATURA E DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS TIPOS DE ÁREAS CLASSIFICADAS DA REDE NATURA 2000 EM PORTUGAL CONTINENTAL



Nota: A tipologia proposta representa uma forma de organizar sinteticamente a informação disponível sobre os valores naturais e a gestão agrícola e florestal das áreas classificadas da Rede Natura 2000 em Portugal Continental.

Apenas os tipos: o tipo 10 – zonas húmidas costeiras e pequenos locais não classificados, não estão associados à gestão agrícola e florestal.

Destaca-se a evolução positiva de alguns indicadores agroambientais:

- As melhorias de produtividade associadas à produção pecuária e o uso mais eficiente dos fertilizantes azotados tiveram resultados positivos na redução do balanço de azoto;
- Redução das emissões de gases com efeito de estufa da agricultura, sendo o único sector económico com emissões relevantes (representam 10% do total nacional) em



que isso aconteceu, dando, assim, um contributo positivo para a mitigação das alterações climáticas e para o cumprimento das metas de redução a que Portugal se obrigou no âmbito dos compromissos internacionais do Protocolo de Quioto (gráfico AI6);

- A agricultura e a floresta são os únicos sectores de atividade económica que têm capacidade para sequestrar carbono e, desta forma, compensarem as emissões de outras atividades. A relevância da floresta, o aumento dos prados e pastagens permanentes e a prática da sementeira direta são um contributo positivo para o aumento dessa capacidade;
- A adoção de modos de produção com um desempenho ambiental mais elevado, como é o caso dos modos de produção biológico e integrado, também constitui um fator positivo para a melhoria da gestão sustentável das explorações agrícola;
- A importância do setor agrícola na utilização de água tem vindo a diminuir em resultado da progressiva modernização e desenvolvimento das infraestruturas de regadio e a adoção de métodos e tecnologias de rega mais eficientes (gráfico AI7);
- O consumo final de energia pela agricultura também tem vindo a diminuir apesar do aumento do valor do VAB, traduzindo um aumento da eficiência no uso deste fator de produção (gráfico AI8);
- O regadio assume uma importância decisiva para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas de produção agrícola através do armazenamento da água e regularização da sua disponibilidade para as culturas, promovendo a adaptação às alterações climáticas, combate à desertificação e criando condições para reduzir o despovoamento.

I.3 A IMPORTÂNCIA SOCIAL E TERRITORIAL

IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA E FLORESTA NA CRIAÇÃO DE EMPREGO EM ALGUMAS REGIÕES PREDOMINANTEMENTE NO INTERIOR

O Complexo Agro-Florestal (CAF) representa 15% do emprego, que se traduz em 12% em volume de trabalho (quadro AI10) assumindo mais de 40%, em cinco sub-regiões, todas do interior do País (gráfico AI10).

Particularmente a Agricultura emprega cerca de 534 mil indivíduos (401 mil em volume de

trabalho) o que representa mais de 10,7 % do emprego total do País (8% em volume de trabalho¹¹).

Salienta-se todavia que, apesar de a estrutura produtiva regional estar muito ligada à agricultura a sul do país, é no centro interior e no norte interior de Portugal que o emprego regional **está fortemente sustentado na atividade agrícola**. De facto, o emprego agrícola é determinante, na geração de emprego, para algumas sub-regiões do país. É o caso da sub-região do **Alto Trás-os-Montes**, em que o emprego na Agricultura correspondeu a **48,1%** do emprego total, o **Pinhal Interior Sul** (40,4%), **Beira Interior Norte** (41,7%) e **Beira Interior Sul** (43,9%) – figura A11.

No Alentejo Litoral e no Alto Alentejo, o emprego na silvicultura representa 4% e 2% do emprego regional, respetivamente (figura A12).

A AGRICULTURA E FLORESTA OCUPAM 70% DO TERRITÓRIO NACIONAL E A POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR REPRESENTA 7,5% DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

As áreas com aproveitamento agrícola e florestal ocupam cerca de 70% do território nacional. A SAU é, particularmente, importante na região Alentejo e R.A. Açores onde ocupa mais de metade do território, e a floresta no Centro e no Alentejo, ocupando pelo menos metade do território nas sub-regiões de Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Alentejo Litoral, Entre Douro e Vouga, Alentejo Central e Pinhal Litoral. Essencialmente, no Alentejo e no Ribatejo a atividade florestal tende a coexistir¹² com a agricultura, no Centro é realizada em regime exclusivo (figura 2).

Embora se observe uma diminuição da população agrícola familiar na última década (-35,8%), o seu peso na população residente (7,5%) é bastante significativo na região norte e centro interior de Portugal, particularmente expressivo nas sub-regiões do Alto Trás-os-Montes em que 40,9% da população residente é População Agrícola Familiar, do Pinhal Interior Sul (32%), do Douro (31%) e da Beira Interior Norte (26%).

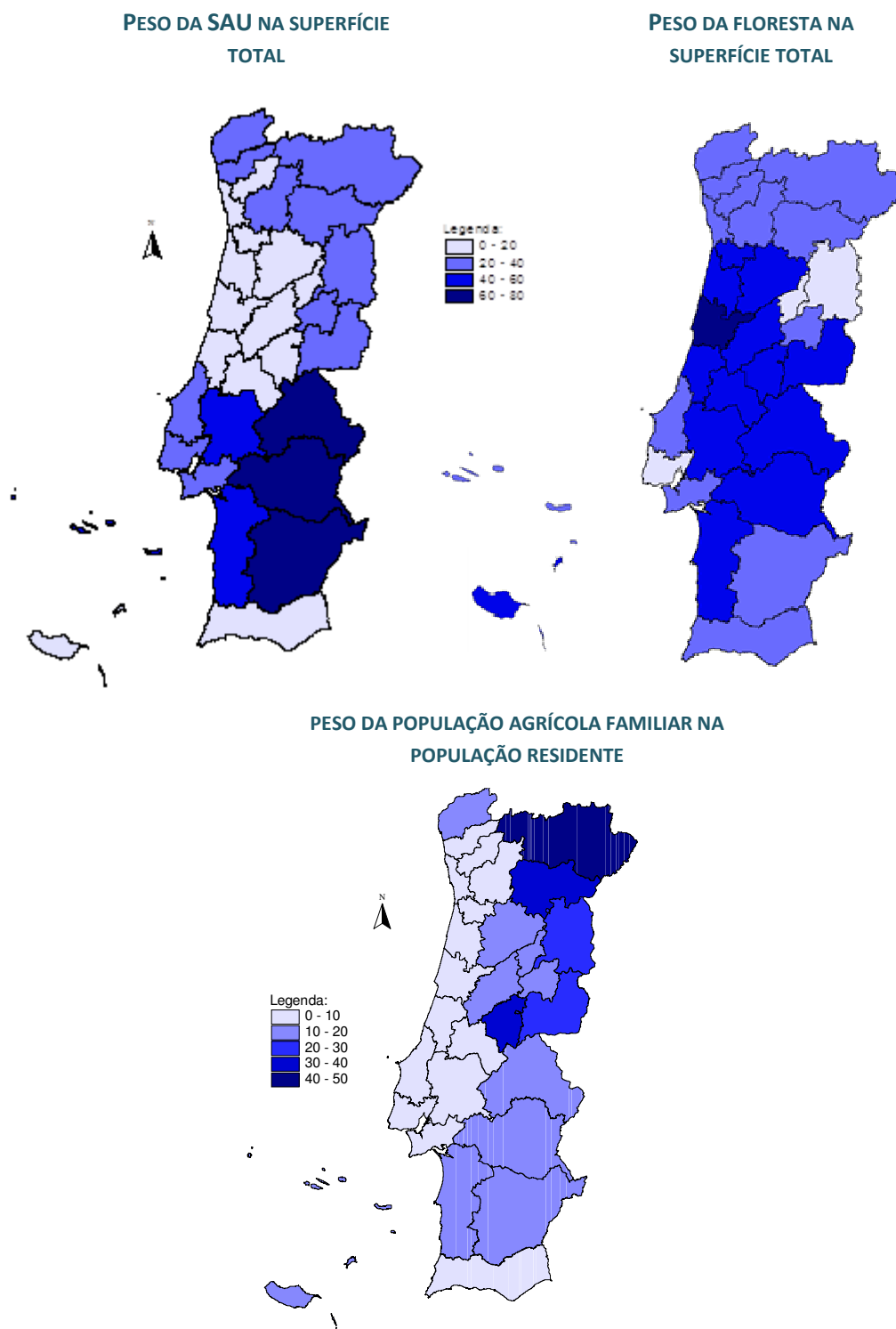
¹¹ O volume de trabalho medido em UTA é, por regra, inferior ao volume do emprego em n.º de indivíduos e a diferença entre ambos será tanto maior quanto maior for o volume de trabalho prestado a tempo parcial. Como uma das características da agricultura é a grande importância relativa do trabalho a tempo parcial, a quantificação do trabalho agrícola deverá basear-se preferencialmente nas UTA e não no n.º de indivíduos empregues, em particular quando se quer aferir a importância do emprego agrícola na economia ou proceder à análise da produtividade do trabalho.

¹² Ao considerar a importância global das florestas e da agricultura no território deve-se ter presente que existe uma parcela substancial de área que possui utilização agrícola sob coberto de floresta e, por isso, é contabilizada, nas estatísticas, simultaneamente, como SAU e como superfície florestal, o que sucede essencialmente na região Alentejo e Ribatejo.



A maioria da população com atividade agrícola está ligada a explorações de muito pequena ou pequena dimensão económica, onde o plurirrendimento dos agricultores e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos seus rendimentos, para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão e para a redução da vulnerabilidade das famílias em situações de crise.

FIGURA 2: IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA E FLORESTA NA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO 2009 (%)



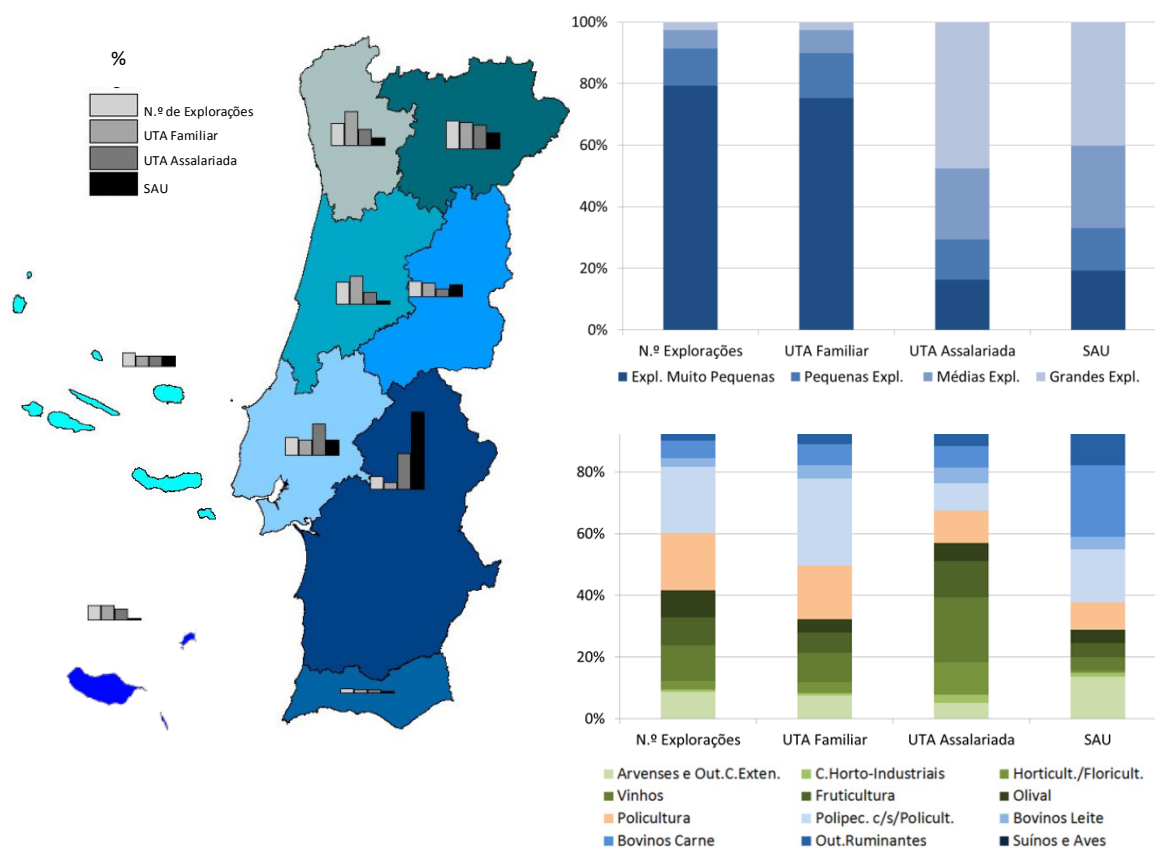
I.4 AS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS: PRINCIPAIS DADOS

DIVERSIDADE DA AGRICULTURA PORTUGUESA

Existem em Portugal, segundo o Recenseamento Agrícola 2009, **305 266 explorações agrícolas** explorando **3 668 145 hectares de Superfície Agrícola Utilizada** e ocupando um volume de Mão-de-obra **de 367 394 UTA**, dos quais 294 415 são UTA's familiares. Na análise da agricultura portuguesa e dos seus indicadores terá que se ter em conta a coexistência de realidades muito distintas, como se pode ver na figura 3.

- A grande maioria das explorações (70%) e do volume de trabalho (72%) encontra-se no Norte e Centro do Continente enquanto a SAU se localiza maioritariamente no Alentejo (55%);
- A grande importância em explorações (39%) e em volume de trabalho (40%) das explorações não especializadas (Policultura, Polipequária e Policultura com Polipequária) e a importância significativa das explorações especializadas em bovinos (23%) e pequenos ruminantes (17%) na ocupação do território;

FIGURA 3: AGRICULTURA POR REGIÃO, DIMENSÃO ECONÓMICA E ORIENTAÇÃO PRODUTIVA EM 2009



Fonte: GPP, a partir de RA 09.



- O predomínio das explorações com pequena e muito pequena dimensão económica (91%) que detêm a maioria do volume de trabalho (78%) em oposição ao predomínio em SAU (67%) das explorações de média e grande dimensão económica. Note-se que as grandes explorações sendo apenas 2,7% das explorações agrícolas detêm 40% da SAU;
- A Agricultura mais empresarial, que tende a recorrer numa maior proporção à mão-de-obra assalariada, é essencialmente de Grande e Média Dimensão Económica e mais importante nas explorações especializadas em Horto-industria, Suínos e Aves, Horticultura e Floricultura;
- A pluriatividade dos agricultores e a atividade a tempo parcial continuam a ter grande expressão, contribuindo para a diversificação dos seus rendimentos, para a viabilidade económica das explorações de menor dimensão e para a redução das famílias em situações de crise. O plurirrendimento é particularmente importante nas explorações de Pequena e Muito Pequena Dimensão Económica.

A conjugação destes eixos de diversidade:

- no Norte, Centro, Algarve e R.A. Madeira, a SAU está maioritariamente nas explorações de pequena e muito pequena dimensão económica, que tendem a ser pouco especializadas e depender maioritariamente de rendimentos provenientes do exterior da exploração, não obstante a presença muito significativa de explorações especializadas em bovino de leite e viticultura, entre outras;
- No Alentejo, em Lisboa e Vale do Tejo e na R.A. dos Açores, a SAU está concentrada nas explorações de média e grande dimensão económica, que tendem a ser explorações especializadas, com destaque para as especializadas em bovinos e pequeno ruminantes, mais empresariais e menos dependentes de rendimentos exteriores.

AUMENTO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS EXPLORAÇÕES E ALTERAÇÃO DA OCUPAÇÃO CULTURAL

O aumento da dimensão média das explorações (12,7 ha/expl. em 2009 face aos 9,8 ha/expl. em 1999) em resultado da redução do número de explorações (-27% face a 1999), conjugada com a ligeira diminuição da Superfície Agrícola Utilizada (-5%). Esta diminuição ocorreu essencialmente nas explorações de menor dimensão, verificando mesmo um **aumento nas explorações com mais de 50 hectares**, quer em número, quer em SAU. Esta evolução poderá estar associada a processos de florestação, de urbanização e de envelhecimento demográfico



(Quadro AI9).

Quanto à composição da superfície das explorações agrícolas observou-se uma significativa **transferência na ocupação do solo entre as terras aráveis e os prados e pastagens**, a redução das terras aráveis foi proporcionalmente compensada pelo aumento das superfícies de prados e pastagens. As culturas permanentes mantiveram praticamente a mesma área (gráfico AI9).

PARTE II - CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE PRIORIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL - RESULTADO DAS AUSCULTAÇÕES

CONSULTA ÀS ENTIDADES PRIVADAS

Responderam ao questionário, sobre a operacionalização da proposta de Regulamento do Desenvolvimento Rural 2014-2020, as seguintes entidades privadas:

- CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
- CNA – Confederação Nacional de Agricultores
- CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola em Portugal, CCRL
- ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente
- FENAREG- Federação Nacional de Regantes de Portugal
- MT - Minha Terra – Associação de Desenvolvimento Rural
- UNAC - União da Floresta Mediterrânica

QUESTÃO 1. DESAFIOS NO HORIZONTE 2020

QUESTÃO 1.1. QUE DESAFIOS DEVERÁ O NOVO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO RURAL (PDR) DAR RESPOSTA, TENDO EM CONTA AS PRINCIPAIS FRAGILIDADES DA AGRICULTURA PORTUGUESA, NOMEADAMENTE O DÉFICE COMERCIAL, A FRACA CONCENTRAÇÃO DA OFERTA E O DESEQUILÍBRIO DA CADEIA ALIMENTAR?

(a) Défice comercial

Relativamente ao défice comercial foram consideradas prioritárias, por todas as entidades, a implementação de medidas relacionadas com a **competitividade e a viabilidade das explorações**, especificamente, através de investimento na modernização das explorações (ANEFA, CAP, CONFAGRI, MT, UNAC), nomeadamente, no regadio (CAP, FENAREG e MT). Foram ainda referidas medidas de promoção do rejuvenescimento dos ativos agrícolas (CNA e CONFAGRI), de redução dos custos de produção (CAP), de modernização das pequenas e médias explorações (CNA), de criação de um banco de terras (ANEFA) e da melhoria da estrutura fundiária (MT).

Quanto à promoção da **organização das cadeias alimentares**, a generalidade das entidades

consideram que a forma de aumentar o poder negocial dos produtores primários na cadeia alimentar, poderá ser através investimentos nos sistemas de qualidade e do apoio à criação de mercados locais e de cadeias de abastecimento curtas. Foi também valorizada a transferência de conhecimentos e a inovação dos setores agrícolas e florestal (CAP, CNA, MT e UNAC) e a promoção da utilização eficiente de recursos para uma economia baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas (CAP, CONFAGRI, FENAREG, MT e UNAC).

(b) Concentração da oferta

Para aumentar a concentração da oferta foi privilegiada, pela quase totalidade das entidades, **a promoção da organização**, através do apoio aos agrupamentos de produtores e organizações interprofissionais. Este tema foi assinalado pela CAP como um dos grandes problemas estruturais da agricultura portuguesa, com consequências no défice comercial e no desequilíbrio da cadeia de valor alimentar.

(c) Desequilíbrio da cadeia alimentar

Já em relação ao desequilíbrio da cadeia alimentar o enfoque foi dado aos sistemas de qualidade (marcas vinculadas à origem da produção, rotulagem e certificação). Foi realçado, pela MT e UNAC, a necessidade de criação de sistemas de **marca** ou **rotulagem** para identificação da origem e, pela CNA e MT, o apoio às pequenas e médias explorações através da aposta nos **produtos de qualidade** e a realocização do consumo, suportada nos circuitos curtos de comercialização, nomeadamente, **vendas diretas e em mercados tradicionais**.

O enquadramento das respostas nas prioridades/domínios previstos no Regulamento DR, encontram-se no quadro AII1.

QUESTÃO 1.2. QUE PESO RELATIVO ATRIBUI AOS OBJECTIVOS DE LONGO PRAZO ENUNCIADOS PELA CE - COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA, GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EQUILIBRADO?

O **objetivo competitividade** foi identificado pela CONFAGRI e MT como prioritário, para efeitos orçamentais. Além deste objetivo, a CAP, considera como o mesmo nível de importância, o objetivo gestão sustentável dos recursos naturais. No que se refere ao objetivo “Desenvolvimento Territorial Equilibrado”, tendo em consideração a abordagem plurifundos prevista para o seu financiamento, foi indicado como o objetivo que deverá ter um menor

peso orçamental (ver quadro AII2).

QUESTÃO 2. TENDO EM CONTA AS MEDIDAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO EUROPEIA NA SUA PROPOSTA DE REGULAMENTO, QUAIS DEVERÃO SER UTILIZADAS NO NOVO PDR PARA DAR RESPOSTA AOS DESAFIOS QUE ENUNCIOU NA RESPOSTA ANTERIOR?

Relativamente a esta questão foram indicadas **como relevantes** pelas entidades inquiridas, a generalidade das **medidas** previstas na **proposta de regulamento do Desenvolvimento Rural**, com exceção das organizações com vocação mais específica (UNAC e FENAREG).

Foi também considerado, pela CAP, FENAREG e MT, para além das medidas que constam da proposta de Regulamento FEADER 2014-2020, e que de seguida serão referidas, a importância de manter, no próximo quadro de programação, os apoios ao **investimento em regadio**, quer público quer privado.

Foram identificadas, pela generalidade das entidades, relações entre a grande maioria das medidas e os objetivos de longo prazo (competitividade, sustentabilidade e território), contudo reconhecessem-se algumas relações mais fortes. No caso da **competitividade**, destacam-se as medidas de promoção do desenvolvimento florestal, criação de agrupamentos e produtores, investimento e cooperação. Na **vertente ambiental** destacam-se, as medidas agroambientais e silvo-ambientais, as medidas de apoio às zonas com condicionantes naturais. Já relativamente ao **território**, com um número mais reduzido de respostas, destacam-se o LEADER, aconselhamento e transferência de conhecimentos e pagamentos relativos a zonas com condicionantes naturais (ver quadros AII3 e AII4).

QUESTÃO 3. A COMISSÃO EUROPEIA DETERMINA A ARTICULAÇÃO ENTRE FUNDOS E PROGRAMAS ATRAVÉS DE UM QUADRO ESTRATÉGICO COMUM. NESTE ÂMBITO, QUE TIPOS DE INVESTIMENTOS DEVERÃO IR PELO FEADER E/OU POR OUTROS FUNDOS?

Quanto à articulação entre fundos, as entidades consideram que o FSE está particularmente vocacionado para o financiamento da formação e informação e o FEDER com a inovação/ Investigação e com os grandes investimentos, nomeadamente, os relacionados com as infraestruturas de mobilidade, de armazenamento de água, das agro-indústrias e do comércio.

QUESTÃO 4. É PROPOSTO PELA COMISSÃO EUROPEIA QUE O PRIMEIRO E O SEGUNDO PILARES DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC) CONTENHAM INSTRUMENTOS DO MESMO TIPO (APOIO ZONAS DESFAVORECIDAS, JOVENS AGRICULTORES, MEDIDAS COM IMPACTO AMBIENTAL,...). NA SUA OPINIÃO QUAL DEVERÁ SER A

ARTICULAÇÃO ENTRE OS DOIS PILARES?

As medidas de apoio a “zonas desfavorecidas”, aos “jovens agricultores” e as “com impacto ambiental”, são as que apresentam maior divergência de respostas quanto ao seu enquadramento no 1º Pilar, no 2º Pilar ou na articulação entre os dois pilares.

De **forma articulada no âmbito dos dois pilares**, foram consideradas as medidas “*com impacto ambiental e prestação de serviços ambientais*” (CAP, MT, UNAC); o “*apoio aos Jovens agricultores*” (CAP, CONFAGRI) e as “*zonas com condicionantes naturais ou específicas*” (CAP e MT).

Quanto às medidas a enquadrar, **exclusivamente no 2º pilar**, a CONFAGRI considera os pagamentos em “*zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras específicas*” e a MT a “*primeira Instalação de jovens provenientes de meios urbanos*”.

QUESTÃO 5. TENDO EM CONTA A EXPERIÊNCIA DE PROGRAMAS PASSADOS, INDIQUE PRINCÍPIOS DE CONCEÇÃO, GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO QUE PERMITAM ASSEGURAR: UMA MAIOR SIMPLIFICAÇÃO UMA MAIOR ADESÃO POR PARTE DOS POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS E UMA EXECUÇÃO CONSTANTE E EFICAZ

No que se refere à **simplificação** foram identificadas questões associadas: à estabilidade e clareza da legislação, da programação e da execução; à redução, formulação clara e objetiva das medidas e seu ajustamento aos diferentes sistemas de agricultura; à melhoria dos sistemas de informação e dos procedimentos, entre outras.

Relativamente ao **incentivo à adesão ao programa**, foram feitas algumas propostas ao nível da conceção do programa (recuperação das medidas agroambientais dos quadros anteriores ao atual, medidas de investimento modelares e tipificados, entre outras), do seu funcionamento: (candidaturas em contínuo, disponibilidade de informação clara e detalhada, entre outras) e dos níveis de ajuda.

Quanto à **melhoria da execução** foram feitas propostas, a adotar ao nível da preparação do PDR (programas integrados, implementação de mecanismos de análise de desempenho), do modelo institucional (criação e balcão único, agilização e procedimentos, entre outros), do sistema de informação, do funcionamento (transição rápida e sem interrupções entre programações) e do financiamento (adiantamentos às ajudas, pagamentos nos prazos estabelecidos, entre outros. Em anexo, apresentam-se a lista das referidas propostas.

CONSULTA ÀS ENTIDADES PÚBLICAS

Foi realizada uma **consulta no seio do MAMAOT** (AFN, DGADR, DRAPN, DRAPC, DRAPAL e DRAPLVT) e ao grupo de peritos¹³, cujas principais constatações, que contemplam as entidades e os respetivos parceiros com que estão relacionados, passamos a resumir.

Das medidas identificadas como relevantes para a mitigação das fragilidades da agricultura portuguesa com impacto na **redução do deficit comercial** foi referido o apoio à divulgação dos resultados da investigação junto do sector; a modernização das unidades produtivas, com destaque do regadio; à utilização eficiente de recursos e a criação de banco de terras. De forma similar às entidades privadas, foi realçada a importância da **organização do sector** através do apoio às organizações de produtores. No que refere ao **desequilíbrio da cadeia alimentar**, foi referida a necessidade de promover a qualidade, as cadeias de abastecimento curtas e as relações contratuais entre a produção, transformação e distribuição, nomeadamente através do estabelecimento de um quadro comum de medidas (código e boas práticas e regras contratuais).

O **objetivo competitividade** foi identificado como prioritário, para efeitos orçamentais. Para a sua concretização foi dado maior destaque a medidas ligadas ao investimento, criação de agrupamentos de produtores, gestão do risco, desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas e medidas de promoção do desenvolvimento florestal. Para as restantes vertentes destacam-se, Agricultura Biológica, pagamentos Rede Natura e em Zonas com Condicionantes e abordagem LEADER.

Foi identificada a necessidade de negociar os critérios a aplicar nos investimentos agroindustriais e agro-comerciais, nas grandes infraestruturas de mobilidade e de retenção de água e na investigação, de forma a clarificar o seu enquadramento no FEADER ou no FEDER.

Estas constatações contemplam as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

¹³ Despacho n.º 10369/2011, de 17 de Agosto, com o objetivo de dar continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido de prestação de apoio especializado para efeitos de fundamentação das posições políticas portuguesas, na fase de negociação e até à conclusão do acordo político entre Portugal e as instituições europeias sobre a PAC pós -2013.

PARTE III – ORIENTAÇÕES E GOVERNAÇÃO

III.1 ESTRATÉGIA 2014-2020

PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES

O complexo agroflorestal tem um papel importante na economia nacional enquanto **recurso endógeno e produtor de bens transacionáveis**. Demonstrado no dinamismo exportador e a manutenção da capacidade de cobertura das necessidades internas, que se manteve ao longo da década um nível próximo dos 70%, num contexto de crescente abertura dos mercados e a um assinalável aumento do consumo de bens alimentares.

O recente aumento dos preços das matérias-primas (cereais, alimentação animal e energia) provocou efeitos nefastos na atividade agrícola nacional, traduzindo-se numa **forte degradação da relação entre os preços da sua produção e os preços dos bens intermédios por ela utilizados** afetando gravemente o **rendimento da atividade**. Este facto demonstrou, por um lado, a impossibilidade de repercussão dos custos inerentes à atividade produtiva no preços de venda fruto da **fragilidade da produção agrícola na cadeia de abastecimento alimentar e, por outro lado, o aumento do consumo de bens intermédios importados pela produção**.

A **fraca concentração da oferta na produção** será, entre outros, um fator explicativo da fragilidade da produção na cadeia de abastecimento alimentar, evidenciado na diminuição do seu papel na cadeia de valor.

A recomposição da estrutura produtiva e a modernização tecnológica traduziram-se em **aumentos de produtividade** com um ritmo superior ao conjunto da economia. Contudo os níveis de produtividade da agricultura são inferiores à produtividade média nacional pelo que, o **reforço da estrutura produtiva e da inovação tecnológica (incluindo modernização do regadio)** serão determinantes para maiores acréscimos.

O **contributo positivo do sector para o equilíbrio ecológico**, nomeadamente na preservação do ambiente, recursos naturais como a água e o solo, na preservação da biodiversidade, na estabilidade climática e na preservação da paisagem. Existindo um elevado grau de associação entre os valores naturais a **conservar e a gestão agro-florestal, dado o elevado valor intrínseco na produção de bens públicos**.

As atividades agrícolas e florestais são fundamentais na sustentabilidade económica de

algumas regiões portuguesas, em particular interiores, quer pela importância na geração do produto regional e criação de emprego, quer como impulso ao desenvolvimento das atividades conexas. **Reconhecendo, assim, a viabilidade da produção agrícola e florestal em todo o território nacional.**

Os possíveis efeitos da concorrência entre produções alimentares e energéticas, as consequências das alterações climáticas, a imperatividade de assegurar a qualidade alimentar e a garantia de boas práticas agrícolas colocam desafios profundos para o sector alimentar.

O enquadramento atual de pressão sobre os rendimentos agrícolas, dado o maior número de riscos com efeitos na produtividade do sector e a volatilidade associada ao preços nos factores de produção, reforça a necessidade da manutenção do apoio, da gestão dos riscos e ao fortalecimento da agricultura enquanto produtora de bens, sendo vital para o desenvolvimento da indústria alimentar e para a segurança alimentar.

No contexto europeu, Portugal possui o terceiro pior posicionamento da UE27 relativamente ao peso do saldo comercial agroalimentar no produto, revelador do desequilíbrio macroeconómico das relações com o exterior (ver quadro AIII1).

III.1.1 VISÃO ESTRATÉGICA

Como corolário do contexto económico do sector e dos objetivos e medidas identificadas como prioritárias pelas entidades inquiridas, a **visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural nacional**, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural e no contexto de convergência com a UE27, pretende orientar para:

A AUTOSUFICIÊNCIA, EM VALOR, DO SETOR AGRO-ALIMENTAR EM 2020 PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE DE TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

Neste enquadramento, a visão da estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural nacional, nomeadamente na formulação do Programa de Desenvolvimento Rural, terá como **princípio determinante a concentração dos apoios no setor e na produção de bens transacionáveis e dirigidas a agentes diretamente envolvidos na criação de valor** a partir de atividades agrícolas e florestais. Desta forma, valoriza-se o sector como produtor de bens transacionáveis, contribuindo para a melhoria, em particular, do grau de autoaprovisionamento alimentar e para a correção do desequilíbrio da balança comercial nacional.

Por outro lado há que promover o papel, inerente ao sector, na **produção de bens públicos** de carácter ambiental e social, nomeadamente na segurança alimentar, na preservação dos recursos naturais como a água e o solo, na preservação da biodiversidade, na estabilidade climática (sumidouro de CO₂) e na preservação da paisagem.

A **produção de bens transaccionáveis e bens públicos**, pelo sector agrícola, tem importância não só pelo seu valor intrínseco, como pelos benefícios económicos induzidos, contribuindo para a dinamização de outras actividades económicas em meio rural, associadas ao turismo, gastronomia, lazer e para a criação de empregos e fixação de populações, enquanto instrumento de uma estratégia de desenvolvimento territorial.

Enquanto instrumento de uma estratégia de desenvolvimento territorial, a produção de bens públicos e bens transaccionáveis, pelo sector agrícola, tem importância não só pelo seu valor intrínseco, como pelos benefícios económicos induzidos, contribuindo para a dinamização de outras actividades económicas em meio rural, como as associadas ao turismo, à gastronomia e ao lazer, para a criação de empregos e fixação de populações.

A **estratégia de Desenvolvimento Rural** apresentanda como principais **objectivos**:

- **DESENVOLVER A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL SUSTENTÁVEL EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**
- **AUMENTAR A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E DA OFERTA**
- **CRIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VALOR EQUITATIVA AO LONGO DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR AGROALIMENTAR**

Para cumprir esta finalidade são definidos **três objetivos operacionais**:

- **COMPETITIVIDADE**: Privilegiar as opções produtivas da iniciativa privada com vista à criação de valor acrescentado;
- **ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL**: Promover aumento da dimensão e abrangência das organizações de produtores e estruturas de concertação ao longo da cadeia alimentar.
- **SUSTENTABILIDADE**: Promover boas práticas e utilização sustentável dos recursos e a valorização dos territórios rurais.

E um **objetivo transversal**:

SIMPLIFICAÇÃO: Procurar reduzir medidas e simplificar processos

Para se atingirem estes objetivos privilegiam-se as seguintes linhas de linhas de atuação (instrumentos):

COMPETITIVIDADE

- Fomentar o investimento nas explorações agrícolas e empresas agroindustriais, através do aumento da diversidade e competitividade dos produtos, da redução de custos de produção, do incremento do valor acrescentado e do estímulo ao regadio;
- Fomentar a produção agrícola, acréscimo de valor e de qualidade;
- Jovens agricultores, através do apoio à instalação e ao investimento;
- Gestão de risco, promovendo os sistemas de seguros agrícolas e os fundos mutualistas, e a sua universalidade;
- Apoio ao investimento e gestão na Floresta privilegiando sistemas de certificação

ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

- Promover a concentração da oferta, através do apoio à fusão/integração de OPs e ao seu aumento de dimensão, à criação de novas OPs, fundamentalmente nos sectores em que não existem;
- Promover a autorregulação, através do apoio às organizações interprofissionais

SUSTENTABILIDADE

- Nas zonas desfavorecidas, através do apoio à manutenção da atividade agrícola
- Práticas ambientais, através do apoio a práticas agrícolas ou florestais que contribuam para a melhoria do ambiente e conservação de recursos (água, solo) de forma articulada com uma produção agrícola sustentável e competitiva;
- Nas zonas rurais, através apoio ao investimento nas zonas rurais, com especial incidência na relação com o sector primário, que pode incluir opções como a diversificação de atividades na exploração, comercialização de produtos agrícolas e o turismo rural;
- Proteção e certificação das Florestas;
- Promover o regadio na sua dimensão de adaptação às alterações climáticas e no combate à desertificação.

SIMPLIFICAÇÃO

- Reforço da eficácia através de critérios e prioridades claras (distinção clara entre prioridades e elegibilidades)
- Reforço da eficiência através de menor número de medidas, claras, percetíveis e abrangentes e da desburocratização (procedimentos de candidatura, contratação, pagamento e controlo simplificados, percetíveis e com calendários claros).

III.1.2 OPÇÕES

A programação do Desenvolvimento Rural deverá assentar em **três programas**, Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, integrando a Rede Rural Nacional. Procurando a simplificação da programação e da implementação dos apoios do FEADER, com preferência pelo tratamento homogéneo das regiões do Continente, tendo devidamente em conta as especificidades regionais via descentralização.

A abordagem a temas específicos ou situações locais ou regionais especiais será realizada através da combinação adequada de medidas dos programas. Pelo que se considera desnecessário o recurso a programas temáticos e/ou sub-regionais, o que permite simplificar a gestão e acompanhamento.

A estrutura a adotar para na programação deverá respeitar as seguintes características:

- A arquitetura programação/operacional deverá ser baseada na **concentração** de medidas/ações;
- Pretende-se **simplificar** a legislação e harmonizar regras de acesso e execução dos apoios, não adicionando complexidade por via da legislação nacional;
- A definição das elegibilidades dos investimentos terá em vista os objetivos operacionais do programa. Os **critérios de seleção serão claros** e de acordo com os objetivos operacionais das medidas e do programa;
- Serão **privilegiadas**, de forma transversal a todo o programa, as abordagens que promovam a concentração da oferta e da gestão de risco, nomeadamente majorando OPs e associações e seus associados, ou mesmo tornando o acesso a certas medidas exclusivo a OPs e associações e seus associados ou quem contrate seguros agrícolas;
- Possibilidade de vir a incluir o **apoio a instrumentos financeiros**, estando em estudo o tipo de engenharia financeira, para uma decisão sobre os tipos de instrumentos a desenvolver e respetiva estrutura de gestão;
- Optar por modalidades de subvenções que **simplifiquem a implementação** dos programas de desenvolvimento rural (tabelas normalizadas de custos fixos, montantes fixos e financiamento de taxa fixa).
- Implementar a possibilidade de **projetos coletivos, integrados** e projetos inseridos em estratégias definidas (exemplo: polos ou redes).

III.2 TIPIFICAÇÃO PRÉVIA DE MEDIDAS

III.2.1 O REGULAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao apoio ao Desenvolvimento Rural pelo FEADER, em conformidade com a Estratégia 2020, especifica seis **prioridades e, respetivos domínios**, para a política de Desenvolvimento Rural no período 2014-2020:

(1) PROMOVER A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS E A INOVAÇÃO NOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL E NAS ZONAS RURAIS

- A.- Incremento da Inovação e da base de conhecimentos nas zonas rurais
- B - -Reforço da ligação dentro do sector e com a investigação e a inovação
- C - Aprendizagem ao longo da vida e formação profissional no sector

(2) MELHORAR A COMPETITIVIDADE DE TODOS OS TIPOS DE AGRICULTURA E REFORÇAR A VIABILIDADE DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

- D - Reestruturação das explorações
- E -Renovação das gerações

(3) PROMOVER AS CADEIAS ALIMENTARES E A GESTÃO DO RISCO NA AGRICULTURA

- F - Integração dos produtores primários na cadeia alimentar
- G -Gestão de riscos

(4) RESTAURAR, PRESERVAR E MELHORAR OS ECOSISTEMAS QUE DEPENDEM DA AGRICULTURA E DAS FLORESTAS

- H - Biodiversidade
- I - Melhoria da gestão da água
- J -Melhoria da gestão dos solos

(5) PROMOVER A UTILIZAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS E APOIAR A PASSAGEM PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO E RESISTENTE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NOS SECTORES AGRÍCOLA, ALIMENTAR E FLORESTAL

- K - Melhoria da eficiência na utilização da água
- L -Melhoria da eficiência na utilização da energia
- M- Fornecimento e utilização de fontes de energia renovável
- N -Redução das emissões de gases com efeito de estufa
- O -Promoção de sequestro de carbono

(6) INCLUSÃO SOCIAL, A REDUÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DAS ZONAS RURAIS



P -Diversificação, criação de PME e de empregos

Q -Fomento do Desenvolvimento Local

O - Melhoria das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

Estas prioridades deverão constituir a base da programação, tendo em conta as regras estabelecidas pelo Regulamento, para a elaboração, a aprovação e a revisão dos programas.

III.2.2 AS MEDIDAS

O conjunto de medidas a adotar no próximo quadro de programação procura responder à estratégia apresentada. Será atribuído maior ênfase aos objetivos competitividade e organização estrutural, em consonância com os resultados do inquérito. Esta opção terá reflexo na distribuição dos recursos disponíveis, sem prejuízo das condicionantes da proposta de quadro regulamentar. Estas condicionantes, nomeadamente, alocação de 25% dedicada à atenuação das alterações climáticas a adaptação das mesmas à gestão das terras agrícolas e de pelo menos 5% da contribuição do FEADER no âmbito da abordagem LEADER serão determinantes na futura fixação da repartição orçamental.

Desta forma, apresentam-se as medidas associadas aos objetivos delineados pela estratégia e as respetivas linhas de atuação. Em anexo disponibiliza-se informação mais detalhada (quadro AIII2).

1. OBJETIVO COMPETITIVIDADE

1.1 Fomentar a produção agrícola, o investimento nas explorações agrícolas e empresas agroindustriais e o apoio aos jovens agricultores

- *Investimentos ativos corpóreos no âmbito investimento nas explorações agrícolas, agroindústrias e infraestruturas (Artigo 18)*
- *Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas (Artigo 20)*, esta medida poderá assumir uma ajuda à instalação de jovens agricultores através de um apoio forfetário, de forma equivalente de anteriores quadros e o pagamento aos pequenos agricultores que cedem a sua exploração a título permanente
- No âmbito da PEI- *Parceria Europeia para a Inovação* para a produtividade e sustentabilidade agrícolas serão previstos apoios à criação de grupos operacionais e eventuais projetos inovadores desenvolvidos e sua divulgação articulando com a medida da cooperação (*artigo 36º*).



1.2 Gestão do risco

- *Seguro de colheitas, de animais e de plantas (Artigo 38), em complementaridade com sistemas de seguros financiados pela OCM da vinha e, para frutas e hortícolas, pela COM única, procurando um sistema mais abrangente e universal no futuro*
- *Fundos mutualistas para doenças dos animais e das plantas e para acidentes ambientais (Artigo 39)*
- *Instrumento de estabilização dos rendimentos (Artigo 40)*
- *Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas (Artigo 19)*

1.3 Floresta

- *Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas (Artigo 22)*
- *Florestação e criação de zonas arborizadas (Artigo 23)*
- *Investimentos em novas tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos florestais (Artigo 27)*

2. OBJETIVO ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL

- *Criação de agrupamentos de produtores (Artigo 28)*
- *Cooperação (Artigo 36)*
- *Transferência de conhecimentos e ações de informações (Artigo 15)*
- *Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas (Artigo 16)*

3. OBJETIVO SUSTENTABILIDADE

3.1 Floresta

- *Prevenção e reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos (Artigo 25)*
- *Investimentos para a melhoria da resistência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais (Artigo 26)*
- *Criação de sistemas agro-florestais (Artigo 24)*
- *Serviços silvo-ambientais e climáticos e conservação das florestas (Artigo 35)*

3.2 Apoio à manutenção das zonas desfavorecidas, práticas ambientais

- *Investimentos ativos corpóreos no âmbito dos investimentos não produtivos de*



carácter ambiental (*Artigo 18*)

- *Agroambiente clima (Artigo 29)*
- *Agricultura biológica (Artigo 30)*
- *Pagamentos a título de Natura 2000 e da Diretiva-Quadro Água (Artigo 31)*
- *Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas (Artigo 32 e 33)*

3.3 Abordagem LEADER (artigos 42 a 45)

Abordagem local será baseada nas regras regulamentares. Desejável o enquadramento na abordagem LEADER das seguintes medidas:

- *Sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios (Artigo 17)*
- *Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais (Artigo 21)*

III.2.3 ARTICULAÇÃO COM O 1º PILAR

As medidas destinadas aos jovens agricultores, pequena agricultura, apoio às zonas desfavorecidas, medidas agroambientais e climáticas apresentam objetivos similares/complementares no âmbito do 1ºPilar, de que é exemplo, o pagamento base, zonas desfavorecidas e pagamentos aos jovens agricultores, enquanto ajuda ao rendimento, *greening* e condicionalidade enquanto *baselines*.

Neste contexto terá que se ter em conta que a negociação da PAC, no seu todo e em particular no 1º Pilar, ainda se encontra em curso. A programação estará, por esta razão, condicionada a ajustamentos futuros de acordo com o resultado final da negociação, que procurarão refletir uma complementaridade entre os instrumentos de política dos dois pilares da PAC de modo a promover a sustentabilidade dos territórios rurais.

III.2.4 O QUADRO ESTRATÉGICO COMUM E OS OBJETIVOS EUROPA 2020

Nas suas propostas de Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020 (apresentado em Junho de 2011), a Comissão Europeia propõe que a política de Coesão, a política de Desenvolvimento Rural e a política Marítima e das Pescas devam continuar a ser elementos essenciais do pacote financeiro para 2014-2020, uma vez que são cruciais para a aplicação da estratégia Europa 2020.

O quadro regulamentar proposto pela Comissão Europeia, que se encontra ainda em negociação, apresenta importantes elementos de orientação na aplicação das políticas, entre

os quais se destacam: **o reforço da abordagem estratégica alinhando-a com a estratégia Europa 2020**, uma clara orientação para os resultados, um reforço dos mecanismos de condicionalidades, com destaque para os que resultam do quadro de governação económica europeia (semestre europeu) e o objetivo de aumentar a integração entre políticas e instrumentos disponíveis.

O Quadro Estratégico Comum (QEC) é o documento que traduz os objetivos e as metas da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo em ações-chave dos Fundos QEC. Estabelecendo para cada objetivo temático as ações-chave a apoiar por cada Fundo QEC e os mecanismos para garantir a coerência e a consistência da programação dos Fundos QEC com as políticas económicas e de emprego dos Estados-Membros e da União- Pretendendo-se, em simultâneo, uma maior coordenação e integração dos Fundos.

O Contrato de Parceria (CP) é o documento elaborado pelo Estado-Membro, com a participação de parceiros em conformidade com a abordagem de governação a vários níveis, que estabelece a estratégia, as prioridades e as modalidades de utilização dos Fundos QEC por parte do Estado-Membro de forma eficaz e eficiente, para prosseguir a estratégia da União para um **crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**, e que seja aprovado pela Comissão, após avaliação e diálogo com o Estado-Membro.

O Contrato de Parceria entre o EM e a Comissão alinhado com os objetivos da Estratégia Europa 2020 e com o Programa Nacional de Reformas, define assim o apoio dos Fundos não só da política de Coesão, mas também, do FEADER e do FEAMP para cada EM.

A sua elaboração envolverá a necessidade de formação de uma estrutura de coordenação, composta por uma parceria com os principais parceiros, bem como os representantes dos fundos FEADER, FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEAMP, o que implicará uma forte articulação interministerial. A articulação entre estes instrumentos de planeamento explicita-se nos quadros AIII3 e AIII4.

De entre os elementos que deverão constar no Contrato de Parceria onde terão de vir referenciados os Programas de Desenvolvimento Rural de Portugal destacam-se:

- a lista dos programas a título do FEDER, do FSE e do FC, exceto os do objetivo de Cooperação Territorial Europeia, e dos programas a título do FEADER e do FEAMP, com as respetivas contribuições indicativas, por Fundo QEC e por ano;
- as disposições destinadas a garantir uma abordagem integrada da utilização dos Fundos QEC para o desenvolvimento territorial das zonas urbanas, rurais, costeiras e de pesca e zonas com particularidades territoriais específicas;



- uma análise sucinta das avaliações ex ante dos programas que justifiquem a seleção dos objetivos temáticos e das afetações indicativas dos Fundos QEC;
- para cada objetivo temático, um resumo dos principais resultados esperados em relação a cada um dos Fundos QEC;
- a repartição indicativa do apoio da União, por objetivo temático, a nível nacional, para cada um dos Fundos QEC, bem como o montante indicativo total do apoio previsto para os objetivos em matéria de alterações climáticas.

III.2.5 ARTICULAÇÃO ENTRE FUNDOS

O quadro de medidas referidas que se propõem constituir o novo PDR, aponta em vários casos para a necessidade de articular, com os outros Fundos do QEC:

- a possibilidade de enquadrar elegibilidades/medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural
- a necessidade de demarcar fronteiras entre Fundos nos casos de elegibilidades semelhantes.
- o desenvolvimento de estratégias de Desenvolvimento Local com apoio de vários Fundos QEC

Trata-se em todo o caso de identificar áreas de atuação em que a programação estratégica terá de ser obrigatoriamente objeto de articulação prévia de forma a que o financiamento dos objetivos de política fiquem perfeitamente definidos com a entrega do Contrato de Parceria.

Neste âmbito, apresenta-se a seguir, de forma indicativa, para potenciais sinergias com outros Fundos, as seguintes áreas de investimento:

- A possibilidade da formação no sector agrícola e florestal ser financiada pelo FSE (elegibilidades nas medidas dos artigos 15º e 16º do FEADER)
- O apoio do FEDER a projectos agro-industriais não elegíveis ao FEADER (artigo 18º do FEADER) bem como apoios à promoção de empresas/produtos que deverão ser devidamente definidos na programação em termos de demarcação de elegibilidades entre Fundos.
- O apoio à prevenção de incêndios florestais a financiar pelo FEDER ou FC (artigo 25º do FEADER)
- O possível apoio a infraestruturas a financiar pelo FEDER ou pelo FC (artigo 18º do FEADER)
- A abordagem LEADER dado que o Regulamento geral dos Fundos QEC prevê especificamente a possibilidade de uma abordagem deste tipo ser apoiada pelos vários Fundos e não apenas pelo FEADER.

III.3 GESTÃO DO PROGRAMA

ÓRGÃOS DE GESTÃO

- A gestão do programa do Continente será assegurada por uma autoridade de gestão, que poderá ser associada a organismo existente.
- Será dada especial atenção ao acompanhamento das operações, bem como à criação dum órgão que assegure a apreciação e resolução independente de litígios relacionados com a seleção ou realização de operações cofinanciadas pelo FEADER.

PAGAMENTOS

- O organismo pagador será único.
- Com o objetivo de simplificar as regras de execução dos programas relativas a pagamentos, serão definidos com clareza os critérios para pagamento e vários níveis de controlo, exclusivamente definidas ao nível da regulamentação europeia, sem sobreposição da verificação das condições respetivas.

CERTIFICAÇÃO E CONTROLO

- No quadro da arquitetura para os fundos europeus será ponderada a reformulação do modelo de acreditação/certificação/pagamentos.
- Com o objetivo da simplificação do sistema integrado de gestão e controlo, para além da atenção na simplicidade do desenho e clareza das medidas e respetivos compromissos a incluir nos futuros programas de desenvolvimento rural, será dado especial relevo à relação entre acompanhamento e controlo.
- O modelo de gestão deverá assentar num sistema de informação único e disponível a todas as entidades intervenientes.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A participação dos parceiros no processo de acompanhamento do programa, será assegurada nomeadamente através da constituição dum Comité de Monitorização, presidido pela Autoridade de Gestão, que envolverá também representantes dos organismos intermédios envolvidos na gestão do programa. Poderá ainda existir um Comité único para acompanhamento dos três programas de Desenvolvimento Rural e desta forma todos os apoios do FEADER.

AVALIAÇÃO EX ANTE

A avaliação ex ante será assegurada por peritos funcionalmente independentes, cujo processo será desencadeado pelo GPP.



ANEXOS



ANEXO I – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

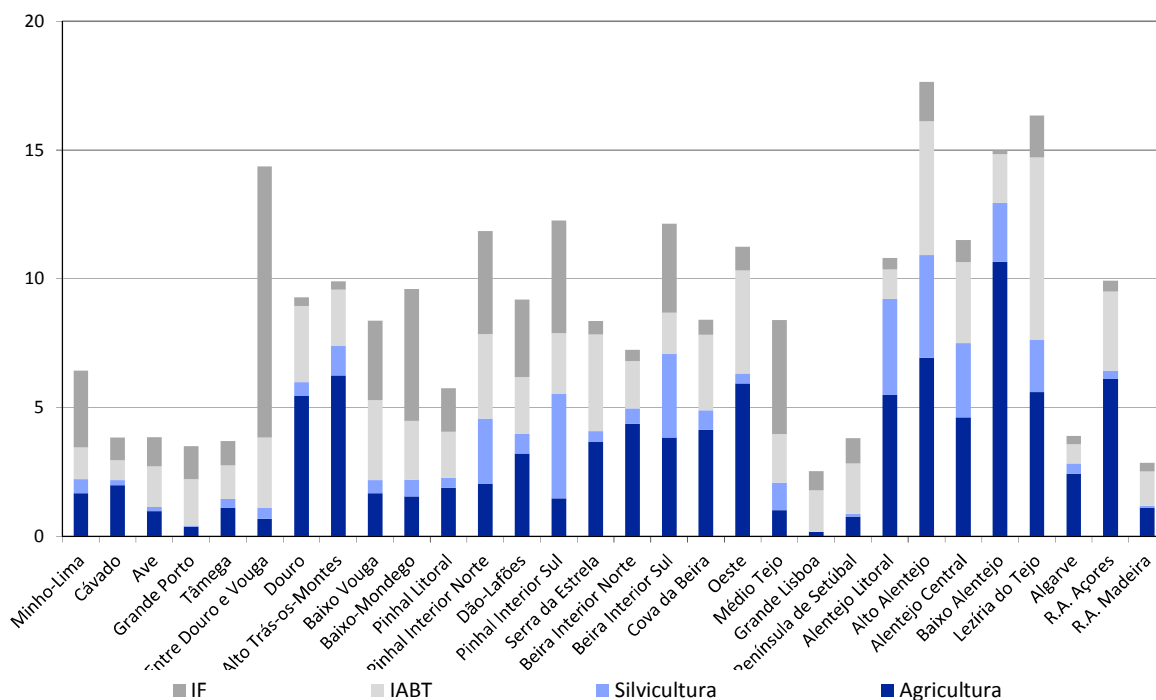
QUADRO AI1: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO PIB (%)

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Preços base</i>								
Agricultura	2,5	1,9	2,0	1,7	1,6	1,6	1,6	1,4
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,1	2,1	2,1	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2
Silvicultura	0,8	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4
Ind. Florestais	2,2	1,7	1,7	1,7	1,5	1,3	1,3	1,4
Complexo Agro-Florestal	7,5	6,2	6,2	5,7	5,5	5,5	5,5	5,4
<i>Custo de factores</i>								
Agricultura	2,7	2,3	2,3	2,1	2,2	2,0	nd	nd
Complexo Agro-Florestal	7,7	6,6	6,5	6,2	6,0	5,8	nd	nd

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE.
Data de versão dos dados: Março de 2012

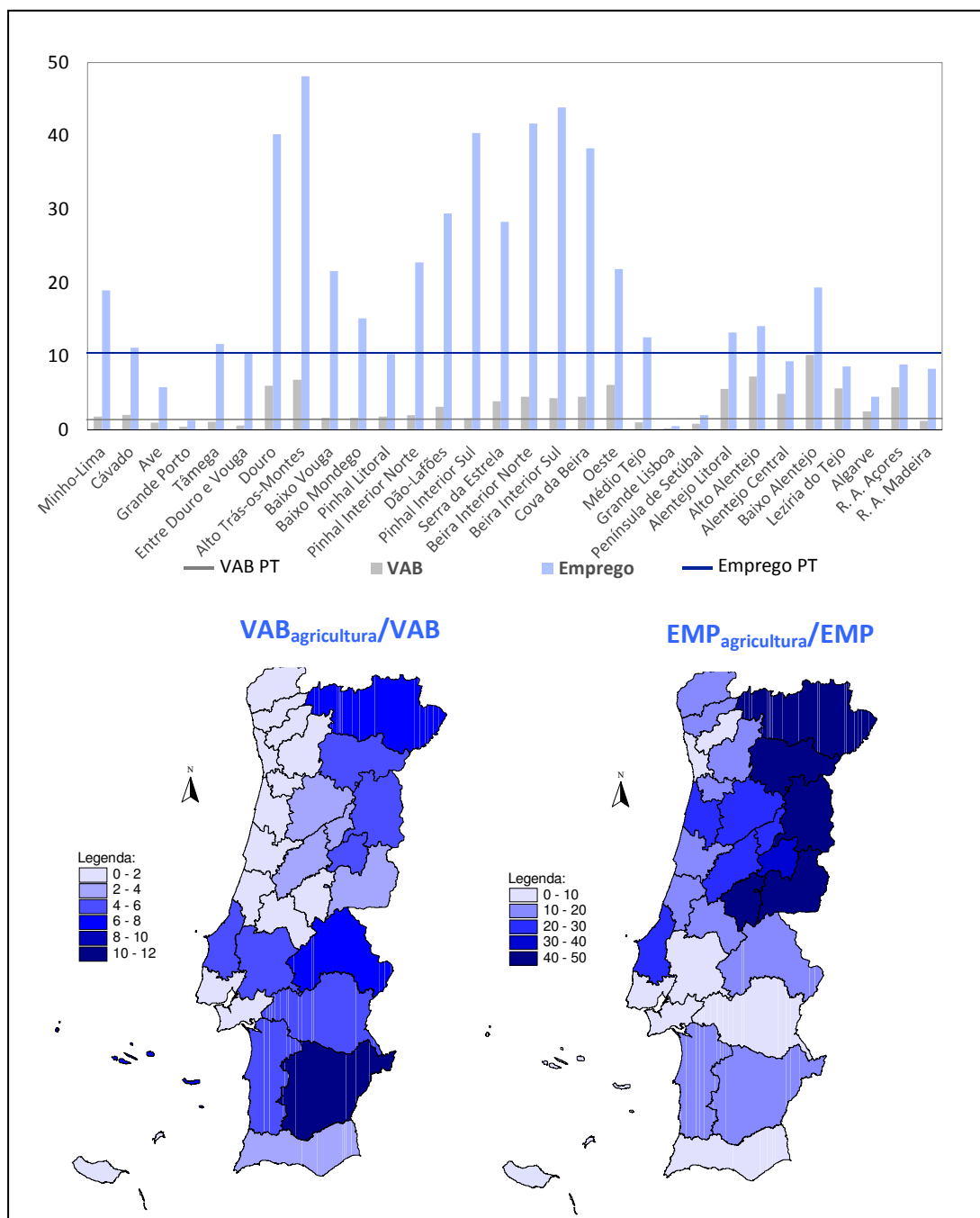
GRÁFICO AI1: PESO DO VAB DO CAF NA ECONOMIA - NUTS III (%)



Fonte: Dados 2008, GPP, a partir de Contas Regionais, INE.



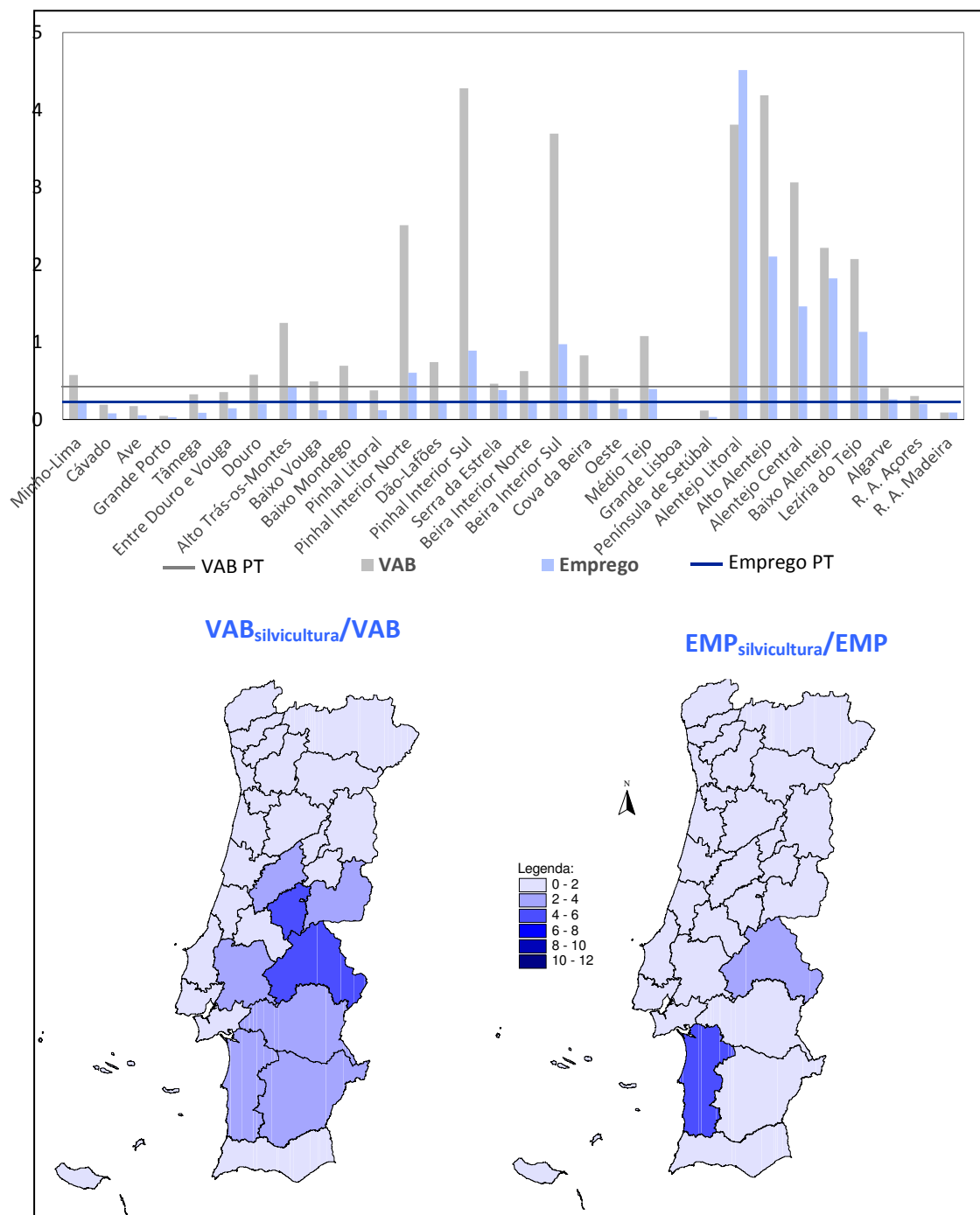
FIGURA A11: PESO DO VAB E EMPREGO DA AGRICULTURA NA ECONOMIA REGIONAL (%)



Fonte: GPP, a partir de Contas Regionais, INE.



FIGURA AI2 - PESO DO VAB E EMPREGO DA SILVICULTURA NA ECONOMIAS REGIONAL (%)



Fonte: GPP, a partir de Contas Regionais, INE.



QUADRO AI2: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (%)

		2000	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
Importância do Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens)							
Exportações	<i>EXP agroflorestal / EXP Bens</i>	16,0	16,8	17,7	19,5	19,3	20,0
Importações	<i>IMP agroflorestal / IMP Bens</i>	16,0	16,3	16,3	18,4	17,4	18,9
Saldo Comercial	<i>SC agroflorestal / SC Bens</i>	16,1	15,3	13,9	16,2	13,1	14,8
Importância do Complexo Agro-florestal no total da Economia (Bens e Serviços)							
Exportações	<i>EXP agroflorestal / EXP Bens+serviços</i>	12,6	12,4	13,0	13,9	14,0	14,8
Importações	<i>IMP agroflorestal / IMP Bens+serviços</i>	14,0	14,1	14,1	15,6	14,8	16,0
Saldo Comercial	<i>SC agroflorestal / SC Bens+serviços</i>	17,9	20,7	17,9	21,8	18,3	27,3

Nota:

- Uma vez que a balança comercial é deficitária, um valor positivo no saldo comercial significa um contributo negativo para o saldo da Balança Comercial da Economia, por sua vez, um valor negativo no saldo comercial significa um contributo positivo para o saldo da Balança Comercial.
- A Balança Comercial da Economia regista as transações de comércio internacional de bens e serviços. Alguns dos indicadores apresentados foram construídos contemplando apenas as transações de bens da Economia, dado o carácter maioritário destas no Complexo Agroflorestal.

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de INE.
Data de versão dos dados: Março de 2012

QUADRO AI3: TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DAS EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL E ECONOMIA, PREÇOS CORRENTES (%)

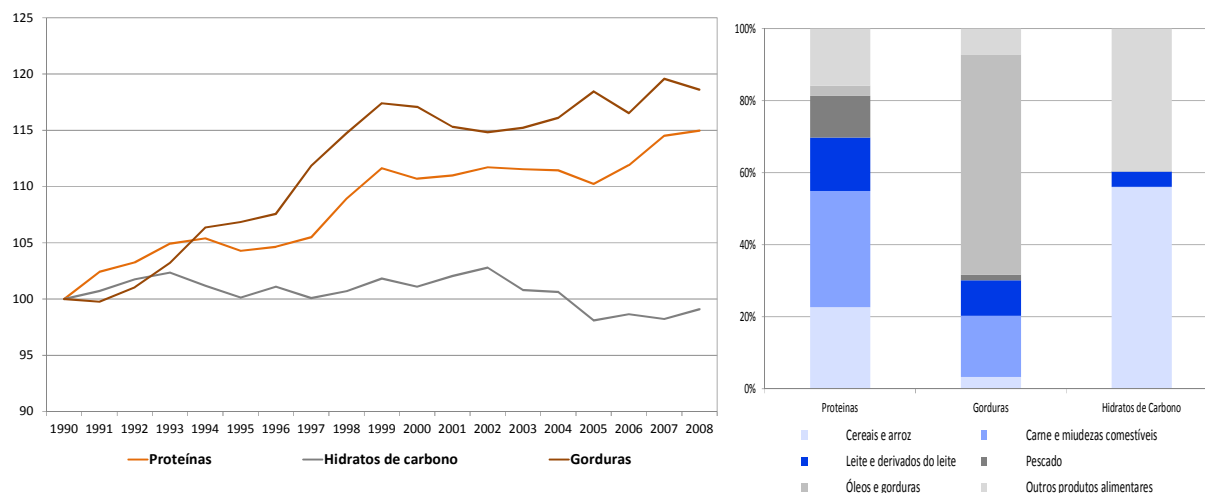
	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
Taxa de variação anual do Complexo Agro-florestal					
Exportações	11,5	6,8	-9,3	14,6	19,1
Importações	12,7	7,8	-10,1	5,3	10,1
Taxa de variação anual da Economia (Bens e Serviços)					
Exportações	9,6	2,4	-15,4	13,4	13,3
Importações	6,8	7,5	-18,3	10,4	2,1

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de CN, INE.



GRÁFICO AI2: EVOLUÇÃO DA CAPITAÇÃO DIÁRIA DE PROTEÍNAS, HIDRATOS DE CARBONO E GORDURAS ENTRE 1990 E 2008 (1990=100)



Fonte: GPP, a partir de Estatísticas Agrícolas 2010, INE.

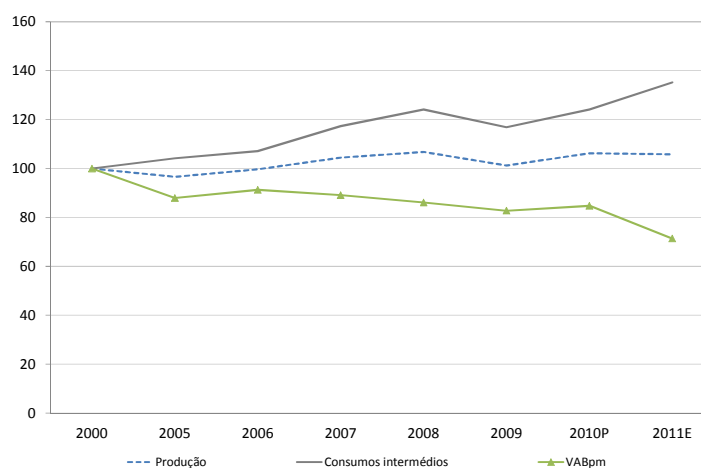
QUADRO AI4: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB AGRÍCOLA E DO PIB (%)

	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
	2011/2000 ^E			2011/2010 ^E		
Produção agrícola _{pm}	-0,1	0,5	0,4	-0,9	-0,4	-1,3
Consumos intermédios	0,0	2,8	2,8	-3,1	8,9	5,5
VAB _{pm} Agricultura	-0,3	-3,0	-3,3	2,3	-15,8	-13,8
PIB _{pm}	0,4	2,3	2,7	-1,6	0,7	-0,9

E – estimativa

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

GRÁFICO AI3: ÍNDICES DE PREÇOS IMPLÍCITOS NA PRODUÇÃO, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VAB AGRÍCOLA (2000=100)



P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2006), INE.



**QUADRO AI5: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, CONSUMOS INTERMÉDIOS E VABPM AGRÍCOLAS E PIBPM
(VALOR, VOLUME E PREÇOS)**

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
Produção agrícola								
Preços correntes	100,0	95,9	100,3	104,2	109,3	102,6	105,5	104,2
Preços constantes 2000	100,0	99,3	100,6	99,8	102,4	101,3	99,4	98,5
IPI Produção	100,0	96,6	99,7	104,5	106,8	101,3	106,2	105,8
Consumos intermédios								
Preços correntes	100,0	108,1	109,0	122,7	131,5	122,2	128,1	135,2
Preços constantes 2000	100,0	103,7	101,8	104,5	105,9	104,5	103,2	100,0
IPI Consumos intermédios	100,0	104,2	107,1	117,3	124,2	116,9	124,1	135,2
VABpm agrícola								
Preços correntes	100,0	82,1	90,4	83,3	84,0	80,3	79,9	68,9
Preços constantes 2000	100,0	93,4	99,0	93,5	97,6	97,1	94,3	96,5
IPI VAB _{pm}	100,0	88,0	91,3	89,1	86,1	82,7	84,7	71,4
PIBpm								
Preços correntes	100,0	121,2	126,3	133,0	135,1	132,3	135,6	134,4
Preços constantes 2000	100,0	104,2	105,7	108,2	108,2	105,1	106,5	104,8
IPI PIB	100,0	116,3	119,5	122,9	124,8	126,0	127,3	128,2

Nota: O Índice de Preços Implícito (preços correntes /preços constantes *100) expressa a evolução dos preços ou de valorização de determinada variável.

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais e Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

QUADRO AI6: ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO (%)

	Estrutura em 2010	Taxa de variação 2010/2000		Taxa de variação 2010/2009		
		Valor	Volume	Volume	Preço	Valor
Cereais	2,8	-48,5	-47,7	-6,4	28,0	19,8
Plantas industriais	0,8	-41,6	-34,1	-5,7	0,5	-5,2
Plantas forrageiras	3,5	-12,0	-19,5	-5,5	7,7	1,8
Vegetais e Produtos hortícolas	20,5	47,6	7,9	-2,4	10,5	7,9
Batatas	1,6	-17,7	-25,9	-12,1	47,8	29,9
Frutos	12,2	6,6	-3,8	-9,2	2,9	-6,6
Vinho	13,9	-9,0	-2,6	8,4	2,5	11,2
Azeite	2,1	70,0	22,2	13,2	-2,5	10,4
Outros produtos vegetais	0,1	17,0	231,2	0,0	-3,1	-3,1
PRODUÇÃO VEGETAL	57,6	5,2	-6,4	-1,6	7,4	5,6
Bovinos	6,9	20,6	5,1	-11,9	6,3	-6,3
Suínos	8,7	28,4	18,4	3,2	3,3	6,6
Aves de capoeira	6,0	30,0	16,8	3,0	2,1	5,2
Leite	9,7	-3,1	-4,6	-2,5	-6,7	-9,1
PRODUÇÃO ANIMAL	37,1	13,1	5,0	-1,4	1,3	-0,2
PRODUÇÃO DE SERVIÇOS AGRÍCOLAS	4,8	72,2	20,9	-1,3	5,6	4,3
PRODUÇÃO	100,0					

Fonte: CEA (Base 2000), INE.

Data de versão dos dados: Março de 2012



**GRÁFICO AI4: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE PARCIAL DO TRABALHO* AGRÍCOLA E
RESPECTIVAS COMPONENTES 2000-2011**

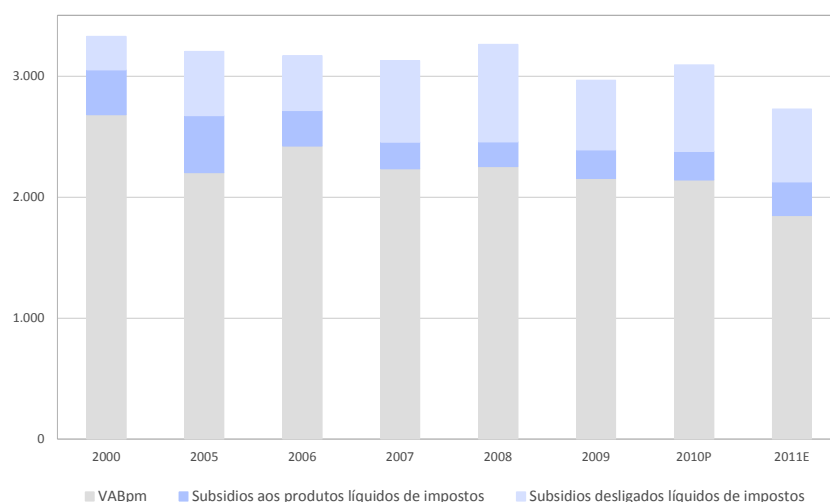


P – dados preliminares; E – estimativa

*Produtividade = VABpm (preços constantes)/UTA

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CEA (Base 2006), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2012

**GRÁFICO AI5: COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DO VABCF, PREÇOS CORRENTES
(MILHÕES DE EUROS)**



Nota:

Subsídios aos produtos, englobam as ajudas ligadas a produções específicas, consideram-se, entre outros, os pagamentos aos produtores de cereais, os pagamentos aos ovinos e bovinos e as ajudas à produção de azeite.

Subsídios desligados, consideram-se os subsídios de que as unidades produtoras beneficiam devido às suas atividades de produção, mas que não são ligados nem a produções específicas nem ao volume da produção. Incluem, por exemplo, o regime de pagamento único (RPU), as bonificações de juros, as ajudas às retiradas de terras, as indemnizações compensatórias e as medidas agroambientais. A introdução do RPU a partir de 2005, em substituição de ajudas diretas, foi o fator determinante do forte crescimento dos subsídios desligados e da redução dos subsídios aos produtos, com os correspondentes efeitos no aumento do peso dos primeiros e na redução do peso dos segundos no VABcf, bem visível neste Gráfico.

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.



QUADRO AI7: PRODUTO, EMPREGO E RENDIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^P	Taxa de crescimento média anual ^P (2000-2011)
IPI VABpm	100,0	88,0	91,3	89,1	86,1	82,7	84,7	71,4	-3,0
IPI VABcf	100,0	103,2	96,2	100,6	100,4	91,9	98,6	85,0	-1,5
IPI PIBpm	100,0	116,3	119,5	122,9	124,8	126,0	127,3	128,2	2,3
IPI VABcf /IPI PIBpm	100,0	88,7	80,5	81,8	80,5	72,9	77,5	66,3	-3,7
Subsídios líquidos de impostos	100,0	155,5	115,5	138,5	156,3	126,0	147,3	136,5	2,9
VABcf em valor	100,0	96,3	95,2	94,0	98,0	89,2	93,0	82,0	-1,8
VABcf real*	100,0	82,8	79,7	76,5	78,5	70,8	73,0	63,9	-4,0
Emprego (UTA)	100,0	88,0	85,7	83,8	82,5	81,5	77,1	73,9	-2,7
VABcf/UTA em valor	100,0	109,4	111,1	112,2	118,9	109,5	120,6	110,9	0,9
VABcf real*/UTA	100,0	94,1	93,0	91,3	95,2	86,9	94,7	86,5	-1,3

* Deflacionado pelo IPI PIBpm.

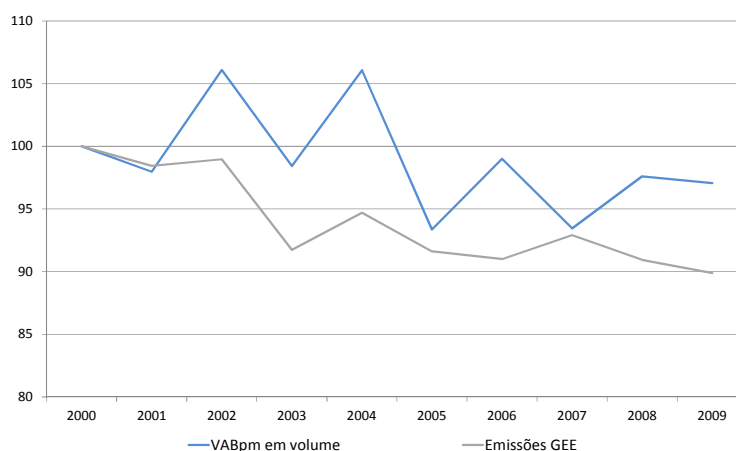
Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

QUADRO AI8: REPARTIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS AOS AGRICULTORES 2009

Regiões	Beneficiários	Superfície	Valor Produção Padrão (VPP)	Pagamentos aos Agricultores (PA)			Valor Produção Padrão + PA
				Ajudas directas I Pilar	Pagamentos II Pilar	Total	
				%			
Norte e Centro Litoral	40,6	8,7	23,0	18,3	17,9	18,2	22,0
Norte e Centro Interior	39,0	23,6	20,1	16,4	57,8	25,4	21,3
Lisboa e Vale do Tejo	6,4	9,3	15,4	16,0	3,8	13,3	15,0
Alentejo	12,0	56,6	39,2	47,9	17,6	41,3	39,6
Algarve	2,0	1,7	2,3	1,4	2,9	1,7	2,1
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GPP, a partir de dados IFAP 2009.

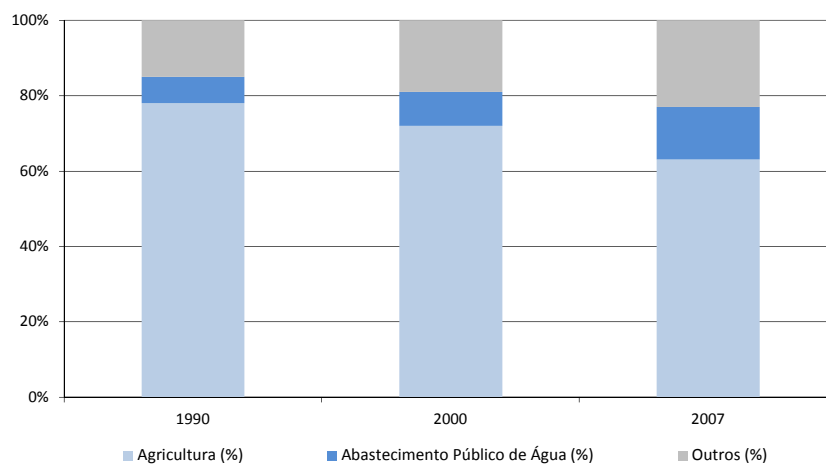
GRÁFICO AI6 – EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES GEE DO SECTOR AGRÍCOLA E VAB AGRÍCOLA



Fonte: Eurostat, European Environment Agency (EEA)); GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2006), INE.

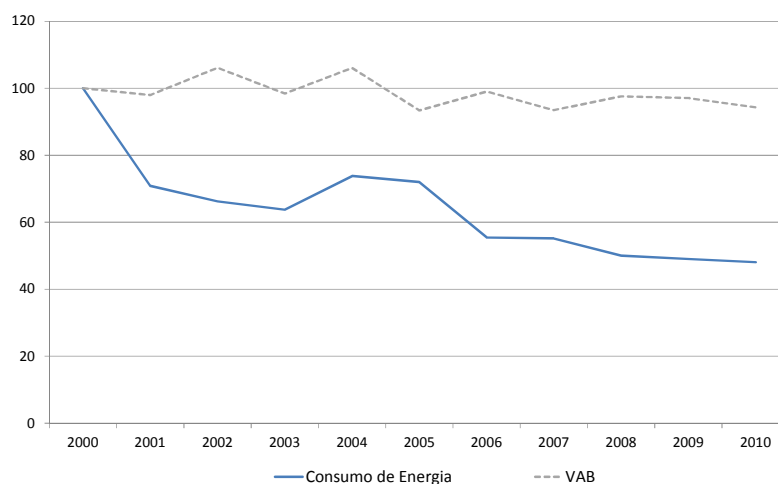


GRÁFICO AI7: CONSUMO DE ÁGUA



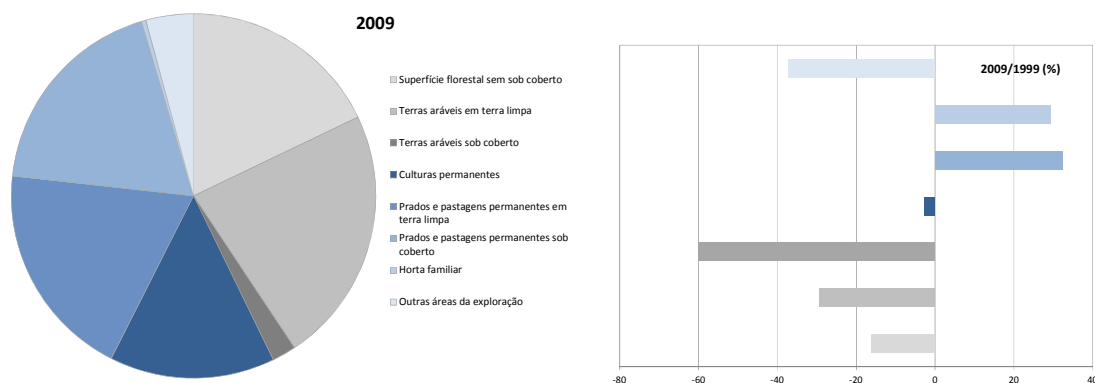
Fonte: INAG 2010

GRÁFICO AI8 – CONSUMO DE FINAL DE ENERGIA NA AGRICULTURA E VAB AGRÍCOLA, EM VOLUME



Fonte: GPP a partir de Eurostat e CEA, INE.

GRÁFICO AI9: SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E RESPECTIVA VARIAÇÃO 2009/1999



Fonte: GPP, a partir de RA99 e 09.



QUADRO AI9: N.º DE EXPLORAÇÕES E SAU SEGUNDO A DIMENSÃO FÍSICA NO RGA99 E RA09

	Explorações			SAU		
	2009		Variação 99/09	2009		Variação 99/09
	N.º	%	%	ha	%	%
Continente	278 114	100,0	-27,2	3 542 305	100,0	-5,2
Escalões de área						
< 1 ha	47 498	17,1	-46,4	29 334	0,8	-42,8
1 a <5 ha	160 902	57,9	-23,6	353 007	10,0	-23,7
5 a <20 ha	49 311	17,7	-19,8	461 345	13,0	-19,3
20 a <50 ha	10 356	3,7	-12,0	316 160	8,9	-11,4
50 a <100 ha	4 016	1,4	3,6	280 550	7,9	3,6
>100 ha	6 031	2,2	5,1	2 101 909	59,3	3,9

Fonte: GPP, a partir de RGA99 e RA09.

QUADRO AI10: IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGRO-FLORESTAL NO EMPREGO (%)

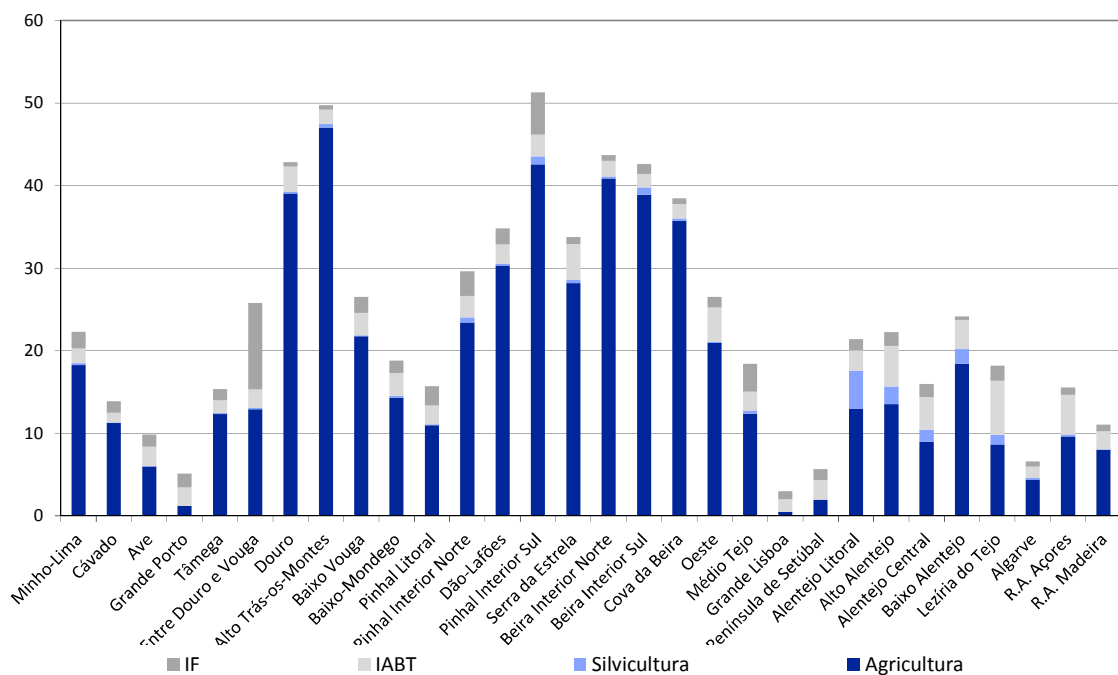
	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ^P	2011 ^E
<i>Nº indivíduos</i>								
Agricultura	11,5	10,9	10,9	10,7	10,5	10,7	10,0	9,3
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,2	2,2
Silvicultura	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Ind. Florestais	2,0	1,8	1,8	1,7	1,6	1,5	1,5	1,5
Complexo Agro-Florestal	16,1	15,2	15,1	14,9	14,7	14,7	13,9	13,2
<i>Equivalentes a tempo completo</i>								
Agricultura	10,0	8,8	8,5	8,3	8,2	8,3	nd	nd
Complexo Agro-Florestal	14,6	13,1	12,9	12,6	12,4	12,4	nd	nd

P – dados preliminares; E – estimativa

Fonte: GPP, a partir INE.
Data de versão dos dados: Março de 2012



GRÁFICO AI10: PESO DO EMPREGO DO CAF NA ECONOMIA – NUTS III (%)



Fonte: Dados 2008, GPP, a partir de Contas Regionais INE.

ANEXO II – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR À PARTE II

QUADRO AII1: QUESTÃO 1.1

Prioridade	Domínio	Entidades	Nº
1-Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação dos sectores agrícolas e florestal	A, B, C	CAP, CNA, MT e UNAC.	4
2-Melhorar a competitividade e a viabilidade das explorações	D E	ANEFA, CAP, CNA, CONFAGRI, MT e UNAC.	6
3-Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura	F	ANEFA, CAP, CNA, CONFAGRI, MT e UNAC.	6
5-Promover a utilização eficiente de recursos e apoiar a transição para a economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas	K, L, N e O	CAP, CONFAGRI, FENAREG, MT e UNAC,	5

QUADRO AII2: QUESTÃO 1.2

Entidades	Competitividade	Gestão Sustentável Recursos Naturais	Desenvolvimento Territorial	Observações
CAP	Com maior peso		Menos peso	
CONFAGRI	Maior	Intermédio	Menor	
MT	45%	40%	15%	A redução do orçamento do 2º Pilar, e o reforço das “ajudas verdes” no 1º Pilar, pode dar margem para aumentar o Eixo da Modernização e diminuir o Eixo da Sustentabilidade.

QUADRO AII3: QUESTÃO 2

(a) Vertente Economia

Medidas proposta Reg.(CE) DR	Entidade
Artº15 - Aquisição e transferência de conhecimentos e ações de informação,	CNA, AFN.
Artº16 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	CNA, CONFAGRI.
Artº17 - Sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios	CNA.
Artº18 - Investimentos em ativos incorpóreos e corpóreos;	CNA, CONFAGRI e MT.
Artº18 c) - Apoio ao investimento na utilização eficiente da água	FENAREG, MT.



Artº20 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	CNA.
Artº20, i), ponto 1 , - <i>Instalação de Jovens Agricultores</i> ,	CNA, CONFAGRI.
Artº22 a 27º - Medidas de promoção do desenvolvimento florestal	CNA, CONFAGRI, MT, UNAC.
Artº27 - <i>Investimentos em novas tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos florestais</i>	UNAC.
Artº28 - Criação de agrupamento de produtores, fusão/viabilização dos Agrupamentos de Produtores existentes	CNA, CONFAGRI, MT, UNAC.
Artº36 - Cooperação para a gestão de fileiras (p.e., organizações interprofissionais)	CONFAGRI, UNAC, MT.
Artº36 – Cooperação - Rede PEI	UNAC.
Artº37 - Gestão de riscos, seguros e reposição do potencial produtivo;	CONFAGRI, MT.

(b) Vertente Ambiental

Medidas proposta Reg.(CE) DR	Entidade
Artº15 - Transferência de conhecimentos e ações de informação	CNA.
Artº16 - Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	CNA, CONFAGRI.
Artº22 - Medidas Florestais (Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas, Florestação e criação de zonas arborizadas,	CONFAGRI.
Artº24º - <i>Sistemas Agro-florestais</i>	UNAC.
Artº26 - <i>Investimentos para a melhoria da resistência e do valor ambiental dos ecossistemas agro-florestais;</i>	MT, UNAC,
Artº29 - Agro-ambiente-clima	CNA, CONFAGRI, MT.
Artº30º - Agricultura Biológica	CNA, MT.
Artº31 - Pagamentos a título de Natura 2000 e da Diretiva-Quadro Água	MT.
Artº32-33 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas e designação das zonas	CNA, MT, UNAC.
Artº34 - Bem-estar dos animais	MT
Artº35 - Serviços silvo-ambientais e climáticos e conservação dos recursos florestais;	MT, UNAC.

(c) Vertente territorial equilibrado

Medidas proposta Reg.(CE) DR	Entidade
Artº15 - Transferência de conhecimentos e ações de informação	CNA, MT.
Artº16 - Serviços de aconselhamento/ extensão rural;	CNA, MT.
Artº18 - Investimentos em ativos corpóreos e incorpóreos	MT
Artº20 - Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas componentes: b) “atividades não agrícolas em zonas rurais” e c) “desenvolvimento de pequenas explorações agrícolas”	CONFAGRI
Artº21 - Serviços básicos e revitalização das aldeias rurais	MT.
Artº32 e 33 - Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras condicionantes específicas	CONFAGRI, MT
Artº42-45 - Abordagem LEADER	CNA, MT.



QUADRO AII4: DISTRIBUIÇÃO DAS RESPOSTAS NA QUESTÃO 2

Questão 2 - Quais as medidas que deverão ser utilizadas no novo PDR para dar resposta aos desafios? (nº de respostas)

Medidas	PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO RURAL	PRIORIDADE HORIZONTAL (1) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios:															
		↓		↓		↓		↓						↓			
		(2) Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e		(3) Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na		(4) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da			(5) Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos sectores agrícola, alimentar e florestal, com						(6) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das		
		D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	
15ª	Transferência de conhecimentos e acções de informações	2		2		1						2					
16ª	Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	2		2		2						2					
17ª	Sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios			1													
18ª	Investimentos activos corpóreos	3												1			
19ª	Restabelecimento do potencial de produção agrícola afectado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas																
20ª	Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	1	2											1			
21ª	Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais													1			
22ª a	Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	4				1											
23ª	Florestação e criação de zonas arborizadas																
24ª	Criação de sistemas agro-florestais					1											
25ª	Prevenção e reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos																
26ª	Investimentos para a melhoria da resistência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais					2											
27ª	Investimentos em novas tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos florestais	1															
28ª	Criação de agrupamentos de produtores			4													
29ª	Agro-ambiente clima					3											
30ª	Agricultura biológica					3											
31ª	Pagamentos a título de Natura 2000 e da Directiva-Quadro Água					1											
32ª	Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas					3						2					
33ª	Designação das zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras condicionantes específicas					3						2					
34ª	Bem-estar dos animais					1											
35ª	Serviços silvo-ambientais e climáticos e conservação das florestas					2											
36ª	Cooperação			3										1			
37ª	Gestão de riscos				2												
42ª	Grupo de acção local LEADER													2			
43ª	Apoio preparatório LEADER													2			
44ª	Actividades de cooperação LEADER													2			
45ª	Custos operacionais e de animação													2			



Lista - síntese das respostas à Questão 5

Questão 5.1. Uma maior simplificação

1. **Transição** entre as **programações**, sem atrasos nem interrupções; (CAP, UNAC)
2. **Apresentação de candidaturas** ao longo do ano; (CAP, UNAC)
3. Aproveitamento das **experiências positivas do anterior período de programação**; (ANEFA, UNAC)
4. **Redução** do número de medidas e ações; (ANEFA, CAP, MT, UNAC)
5. **Estabilidade e clareza** ao nível da legislação, programação e posterior execução financeira do Programa; (ANEFA, CAP)
6. **Medidas mais simples**, concretas e direcionadas; (ANEFA, CAP, CNA, MT, UNAC)
7. **Tipologias** de medidas simplificadas para **pequenos beneficiários**. (CNA, CONFAGRI)
8. Medidas **abrangentes e ajustadas** à diversidade de sistemas de agricultura. (ANEFA, CAP, MT, UNAC)
9. Apresentação de **projetos integrados** com uma candidatura a várias medidas em simultâneo; (CAP)
10. Simplificação da comprovação **da titularidade de prédios rústicos**, aceitando declarações sob compromisso de honra. (UNAC)
11. **Modelos** de gestão, processuais e informáticos mais eficazes. (CONFAGRI)
12. **Modelos** de candidatura e **circuitos** burocráticos simplificados; (CNA, CONFAGRI)

Questão 5.2. Uma maior adesão por parte dos potenciais beneficiários

Conceção do PDR

1. Apoio prioritário à **floresta de uso múltiplo** e à intervenção nas **áreas ardidas**. Criação da fileira das **madeiras nobres**. (CNA)
2. Regime forfetário para **investimentos modelares e tipificados**, que representassem as tipologias de investimento mais comuns e mais prioritárias; (UNAC)
3. A articulação entre o 1º e 2º pilar no caso das **zonas desfavorecidas** e dos **jovens agricultores**, deve implicar uma majoração do RPU, sem que ocorra um esvaziamento destes instrumentos no 2º pilar, nomeadamente no nível dos apoios. (CNA)
4. Recuperação das **Medidas Agroambientais**, dos quadros de programação anteriores ao PRODER; (CAP). Recuperar as medidas Policultura tradicional, Lameiros, Montado de Azinho e Carvalho Negral, Pomares tradicionais e Olival tradicional para o próximo PDR. Manter o apoio aos modos de produção e à biodiversidade doméstica. Simplificação das ITI e aumento da sua abrangência. (CNA)
5. **Serviços de aconselhamento** agrícola abrangerem também a atividade de gestão das explorações agrícolas. (CNA)
6. **Introduzir critérios socioeconómicos** de delimitação das **áreas com condicionantes naturais** devem ser mantidos. (CNA). Importante a divulgação do impacto territorial da alteração de



critérios. (CAP, CNA)

7. Criação de **OP's de pequenos e médios produtores**. (CNA)
8. A medida **transferência de conhecimentos** deve ser pensada de forma a permitir, **quer às OP's, quer à administração**, estabelecer **redes de contacto com os agricultores**. (CNA)
9. Regras próprias para os **pequenos projetos** p.e., regimes forfetários, com controlos assentes em avaliação de resultados e impactos; (MT)
10. **Medidas ajustadas** às necessidades dos agentes, dos sectores e ao desenvolvimento sustentável dos diferentes territórios rurais; (CAP)
11. **Abordagem LEADER** utilizada prioritariamente para a revitalização e modernização de **locais de venda direta** e de **mercados de venda tradicional**. (CNA)

Funcionamento

1. Privilegiar a apresentação de **candidaturas em contínuo** ao longo do ano. (CONFAGRI)
2. Produzir **informação** clara, detalhada, simples e estável sobre as medidas; (CONFAGRI)
3. Disponibilizar **informação e apoio aos beneficiários**, nomeadamente através de protocolos com as OP. (CONFAGRI)
4. Disponibilidade para **proceder a ajustamentos nos** regimes de aplicação das medidas, desde a conceção à gestão e acompanhamento; (MT)
5. Privilegiar a **troca de informações com as OP** mantendo este diálogo; (CONFAGRI)

Ajudas

1. **Remunerações** ajustadas aos compromissos, os quais devem ser simples, operacionais, viáveis e estratégicos; (UNAC)
2. **Níveis de apoio máximo no sector florestal** tendo em conta o longo período de retorno dos investimentos e o risco associado. (UNAC)
3. **Majorações** dos apoios aos jovens agricultores, zonas desfavorecidas, baldios, povoamentos florestais com espécies autóctones. (CNA)
4. Os **apoios às MAA** sujeitos a uma forte modelação e plafonamento de forma a abranger um maior número de beneficiários. (CNA)
5. **Despesa pública** com as medidas **Agroambientais** deverá passar, no mínimo, para os níveis do Quadro Comunitário de Apoio de 2000/2006. (CNA).

Questão 5.3. Uma execução constante e eficaz

Preparação do PDR 2014-2020

1. Elaboração de **programas integrados** nas áreas de regadio, áreas florestais. Visão sectorial mas não de fileira. (MT)
2. A existência de mecanismos de **análise de desempenho**, associados, a uma Reserva de Desempenho, com um quadro de indicadores ajustados. (CAP)



3. **Envolvimento dos beneficiários intermédios** dos Programas na preparação das Intervenções, dos Regulamentos e das Orientações Técnicas. (MT)
4. **Quadro orientador** do processo de planeamento de preparação das **ELD plurifundos**, mediante formação das partes interessadas nos métodos e técnicas a utilizar; (MT)

Modelo Institucional

1. Gestor nacional com **poder hierárquico** sobre a gestão regional, com definição de critérios homogéneos e objetivos de análise a nível nacional; (ANEFA)
2. **Articulação** entre os **serviços da administração** com agilização de procedimentos, designadamente, os associados a processos de **licenciamentos**; (ANEFA, CAP)
3. **Articulação** entre as entidades pagadoras e as gestoras, de forma a evitar a divulgação de informação contraditória; (ANEFA)
4. **Balcão único** - entidade que receciona o processo responsável pelo seu encaminhamento para as outras instituições, controlando o tempo de emissão do parecer; (ANEFA)
5. **Transparência do modelo de gestão** a adotar, privilegiando a **experiência** adquirida nos contextos territoriais e sectoriais e na gestão de fundos comunitários. (MT)
6. **Ativação permanente da Rede Rural Nacional** entre os períodos de programação, com funções de formação dos intervenientes, contribuindo para a consolidação das parcerias e a participação de todas as partes interessada; (MT)
7. **Descentralização com coordenação a nível regional** (DRAP) e, a nível local, uma maior autonomia dos **GAL** para a concessão e implementação das ELD. Manter estrutura de missão; (MT)

Sistema de Informação

1. **Disponibilização da informação** às entidades do sector envolvidas, direta ou indiretamente, de forma a permitir a monitorização da aplicação dos fundos públicos. (MT)
2. **Gestão e pagamentos** numa **plataforma eletrónica** que integre todos os fundos comunitários; promover a desmaterialização efetiva e a submissão de despesas com indicação de erros em tempo real; garantir a reanálise de projetos por via administrativa, dispensando nova emissão de contratos; (MT)

Funcionamento

1. Candidaturas **contínuas** permitindo o planeamento dos investimentos; (ANEFA, MT)
2. Diálogo constante e aberto **com troca de informações** com as OP's. (CONFAGRI)
3. **Clarificação e harmonização das regras aplicáveis**, designadamente critérios de análise, assim como agilização do circuito de todo o processo; (ANEFA, CAP)
4. **Simplificação de procedimentos** ao nível dos critérios de elegibilidade, processo de análise e decisão definindo uma tipologia de critérios pré-definidos. Aumento da eficiência na análise dos projetos. (UNAC)



5. **Evitar atrasos** na análise de projetos e resolver o problema da falta de técnicos por parte da administração. Aplicar o princípio do **deferimento tácito**, no caso de os projetos não serem aprovados dentro dos prazos estipulados. (UNAC)
6. Ter em conta as características de **sazonalidade das atividades**; (UNAC)
7. Simplificação dos **procedimentos de identificação dos prédios rústicos** (ZIF, áreas agrupadas ou Associação de Produtores Florestais), quando não exista cadastro geométrico. (UNAC)
8. **Monitorização no terreno**, em detrimento de condições pré-contratuais burocráticas e administrativas. (MT)
9. Celebração de **contratos-programa** como solução de gestão e dinamização de intervenções específicas e de projetos de maior complexidade que pressuponham a articulação de recursos de várias Medidas; (MT, UNAC)
10. **Recursos** devem ser analisados por outros técnicos, que não o analista inicial, podendo sempre o beneficiário recorrer hierarquicamente. (ANEFA)
11. Usar uma **linguagem simples** dirigida ao nível académico e cultural do promotor médio e assegurando atendimento permanente. (MT)

Financiamento

1. Estudar possibilidades mais flexíveis e vantajosas de **antecipação das ajudas**. (CAP)
2. Prever **adiantamentos às ajudas**, mediante a apresentação de faturas, de forma a melhorar a capacidade de execução financeira dos beneficiários. Esta cláusula só poderia ser aplicada a EM, com Programas de assistência financeira; (UNAC)
3. Dotação orçamental realista com garantia da disponibilidade da **componente nacional** no financiamento e em tempo ao agricultor (CNA)
4. **Pagamentos** efectuados dentro dos prazos estabelecidos. (ANEFA, MT)
5. Os **montantes disponíveis** devem ser do conhecimento de todos os intervenientes de uma forma clara, em cada momento. (ANEFA)
6. Negociar com a **Banca** condições mais favoráveis de financiamento, sobre os montantes a serem subsidiados enquanto o beneficiário aguarda pelo subsídio ou para o montante não subsidiado. (ANEFA, UNAC)
7. **Eliminação da disposição** da proposta de regulamento “que prevê, no que respeita às operações de investimento, que sejam consideradas **elegíveis** unicamente as despesas incorridas **após a apresentação de um pedido à autoridade competente**”. Devem ser aplicadas as disposições previstas no FEDER, FSE e no Fundo de Coesão. (CAP)
8. **Financiamento das despesas** de instalação das AG, dos GAL, da RRN e de outros beneficiários intermédios; (MT)



ANEXO III – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR À PARTE III

QUADRO AIII1: SALDO COMERCIAL AGROALIMENTAR NO PRODUTO AGROALIMENTAR NO PIB

	Saldo Comercial agroalimentar /VAB agroalimentar	Saldo Comercial agro- alimentar/PIB
	%	
Bélica**	33,0	1,11
Bulgária**	6,6	0,91
Répubblica Checa	-24,2	-1,00
Dinamarca	77,4	2,74
Alemanha	-31,9	-0,78
Estónia	-48,1	-2,00
Irlanda	109,6	5,71
Grécia	-17,6	-1,13
Espanha	4,9	0,22
França	19,0	0,67
Itália	-15,0	-0,55
Chipre	nd	nd
Letónia**	-62,6	-3,46
Lituania	10,5	0,73
Luxemburgo***	nd	nd
Hungria	21,2	1,32
Malta*	-96,9	-5,31
Holanda	98,9	4,28
Austria	-4,3	-0,13
Polónia	14,0	1,04
Portugal	-64,0	-2,74
Roménia	-11,7	-1,74
Eslóvenia	-66,9	-2,43
Eslováquia	-31,6	-1,59
Filândia	-44,9	-1,08
Suécia	-68,8	-1,36
Reino Unido****	-41,6	-1,21

Fonte: GPP, a partir de EUROSTAT.

*2001

**2004

***2008

****2003



QUADRO AIII2: SÍNTESE DAS MEDIDAS PROPOSTAS

Artº	Medidas	Proposta
15ª	Transferência de conhecimentos e ações de informações	<u>Programação</u> – articulação no âmbito do QEC - FSE
16ª	Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	<u>Programação</u> <ul style="list-style-type: none">Serviços de aconselhamento no âmbito do FEADERFormação de conselheiros a articular no âmbito do QEC - FSE <u>Operacionalização:</u> <ul style="list-style-type: none">Medida “de apoio a entidades que organizem as candidaturas e realizem o acompanhamento administrativo e técnico. Abordagem integrada da exploração agrícola e florestal.Medida “Formação de conselheiros” Podem recorrer a subcontratação de serviços especializados.
17ª	Sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios	<u>Programação</u> – no âmbito do FEADER – Componente LEADER. <u>Operacionalização:</u> Criação de uma medida de “Promoção”, na tipologia de medidas a incluir nas estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) da abordagem LEADER.
18ª	Investimentos ativos corpóreos	<u>Programação:</u> no âmbito da: <ul style="list-style-type: none">Exploração agrícola - FEADERAtividade agroindustrial, comercialização e infraestruturas – acordo de delimitação de elegibilidades no âmbito do QEC – FEDER/FEADER <u>Operacionalização:</u> <ul style="list-style-type: none">Medida integrada de apoio ao investimento nas explorações agrícolas, transformação e comercialização para Individuais, coletivos e integrados, com foco na empresaMedida integrada de apoio a investimentos não produtivos de carácter ambiental. A medida pode ter três tipos: Individuais, coletivos e integrados, contudo, sempre de explorações agrícolas;



Artº	Medidas	Proposta
19º	Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas	<u>Programação</u> - FEADER <u>Operacionalização</u> - recuperação da medida equivalente, existente nas programações anteriores (AGRO e PRODER).
20º	Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	<u>Programação</u> : FEADER. <u>Operacionalização</u> <ul style="list-style-type: none">Ajuda à instalação de <u>jovens agricultores</u> através de um apoio forfetário. Recuperação da medida equivalente de anteriores quadros.Pagamento aos <u>pequenos agricultores</u> que <u>cedem a sua exploração</u> a título permanente (condicionada a parcelas contíguas).
21º	Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais	Tipologia de investimentos a operacionalizar através da abordagem LEADER – medida 42 a 45
22º	Medida Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	<u>Programação</u> : FEADER <u>Operacionalização</u> : <ul style="list-style-type: none">Medida integrada podendo abranger as ações dos art.º 23º, 24º, 26º e 27ºPrioridade aos <u>produtores florestais ativos</u> (explorações com meios de produção próprios e atividade reconhecida).Apoios de acordo com <u>estratégia do desenvolvimento rural para o sector florestal</u> e respetivos instrumentos de gestão;
23º	Ação: Florestação e criação de zonas arborizadas	Idem ao art.º 22º
24º	Ação: Criação de sistemas agro-florestais	Idem ao art.º 22º
25º	Ação: Prevenção e reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	<u>Programação</u> : <ul style="list-style-type: none">Prevenção de incêndios florestais em articulação QEC/FEDERLuta contra pragas e doenças das florestas- FEADER <u>Operacionalização</u> : Luta contra pragas e doenças das florestas - Medidas integradas, a programar de acordo com planos de combate, baseados em análise de custo-benefício da atuação, incluindo avaliação da eficácia das medidas técnicas a implementar.



Artº	Medidas	Proposta
26º	Ação: Investimentos para a melhoria da resistência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Idem ao art.º 22º Apoio concedido com demonstração quantitativa da variação positiva dos bens públicos gerados com o investimento. Criação de delimitação geográfica e de beneficiários a definir.
27º	Ação: Investimentos em novas tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos florestais	Idem ao art.º 22º Recuperar a medida atualmente existente no PRODER (133), orientada para pequenas empresas (com redefinição de elegibilidades e prioridades).
28º	Criação de agrupamentos de produtores	<u>Programação:</u> FEADER <u>Operacionalização:</u> Medida baseada em plano de atividades de agrupamentos reconhecidos na legislação em vigor. Apoio anual baseado no cumprimento anual de indicadores quantitativos simples do cumprimento metas anos anterior.
29º	Agroambiente clima	<u>Programação:</u> FEADER <u>Operacionalização:</u> Medidas orientadas para sistemas de produção, com compromissos objetivos, mas que garantam em cada caso a efetiva produção, mensurável, de bens ambientais
30º	Agricultura biológica	<u>Programação:</u> FEADER <u>Operacionalização:</u> Medida única com compromissos de acordo com o estabelecido ao nível comunitário, já existentes
31º	Pagamentos a título de Natura 2000 e da Diretiva-Quadro Água	<u>Programação:</u> FEADER <u>Operacionalização:</u> Rede Natura 2000 - Medida orientada para sistemas de produção, com compromissos objetivos.
32º e 33º	Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	<u>Programação:</u> FEADER <u>Operacionalização:</u> Medida de continuidade com os quadros de programação anteriores. Implementação articulada com pagamentos diretos do 1º pilar
34º	Bem-estar dos animais	Sem operacionalização direta, pode ser apoiada através de outras medidas, como as do artigo 18.
35º	Serviços silvo-ambientais e climáticos e conservação das florestas	Avaliação das medidas possíveis no quadro de produtor florestal ativo e interligação com medidas agroambientais e clima (art. 29).



Artº	Medidas	Proposta
36º	Cooperação	<p><u>Programação</u>: FEADER</p> <p><u>Operacionalização</u>:</p> <ul style="list-style-type: none">Cooperação entre <u>empresas intervenientes nas cadeias de valor agroalimentares e florestais</u>, com as componentes integração contratual (horizontal e/ou vertical, concentração da oferta, promoção e comercialização.Cooperação para a <u>inovação</u>, designadamente entre organizações interprofissionais, criação e funcionamento de polos, redes e grupos operacionais no âmbito da Parceria Europeia Inovação para a produtividade e sustentabilidade agrícola.
37º a 40º	Gestão de riscos (38º- Seguro de colheitas, de animais e de plantas e 39º. - Fundos mutualistas para doenças dos animais e das plantas e para acidentes ambientais, 40º. Instrumento de estabilização dos rendimentos)	<p><u>Programação</u>: FEADER</p> <p><u>Operacionalização</u>:</p> <ul style="list-style-type: none">Medida de apoio aos sistemas de <u>seguros</u><u>Fundos mutualistas</u> (perdas ou estabilização dos rendimentos – em avaliação)
42º a 45º	LEADER	<p><u>Programação</u>: no FEADER/FEDER/FSE</p> <p><u>Operacionalização</u>:</p> <p>Abordagem local baseada nas regras regulamentares.</p> <p>Nas EDL's, deverão ser integradas as medidas de apoio do FEADER:</p> <ul style="list-style-type: none">Art.º 17 - <u>Sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios</u>Art.º 21 - <u>Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais</u> <p>Prioridade de acesso a agentes do sector agroalimentar e florestal (i.e., agentes das cadeias de valor do complexo agro-florestal).</p> <p>Cooperação LEADER para o desenvolvimento deve demonstrar, com base em indicadores quantitativos mensuráveis, efeitos sobre o desenvolvimento local e, dentro deste, os efeitos sobre os agentes das cadeias de valor do complexo agro-florestal.</p> <p>Articulação com outros fundos no âmbito do QEC, de modo a garantir abordagem plurifundos.</p>



QUADRO AIII3: INTERLIGAÇÃO AS PRIORIDADES DESENVOLVIMENTO RURAL/FEADER

PRIORIDADES ESPECÍFICAS FEADER							
PRIORIDADES DO DESENVOLVIMENTO RURAL	PRIORIDADE HORIZONTAL (1) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais						Assistência técnica e condicionalidade ex-ante
	↓	↓	↓	↓	↓	↓	
		(2) Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas	(3) Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura	(4) Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura	(5) Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos sectores agrícola, alimentar e florestal	(6) Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais	
OBJETIVOS TEMÁTICOS							
Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	x						
Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade					x	x	
Reforçar a competitividade das PME e dos sectores agrícola (FEADER) das pescas e aquicultura (FEAMP)		x	x				
Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores					x		
Promover a adaptação às AC e a prevenção da gestão de riscos				x	x		
Proteger o ambiente e promover a eficiência energética				x	x		
Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas							
Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral						x	
Promover a inclusão social e combater a pobreza						x	
Investir na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida	x						
Reforçar a capacidade institucional e uma Adm. Pu. eficiente							x

QUADRO AIII4: INTERLIGAÇÃO ENTRE OS OBJETIVOS UE2020, OBJETIVOS TEMÁTICOS QEC E PRIORIDADES DESENVOLVIMENTO RURAL - DOMÍNIOS E MEDIDAS

PRIORIDADES ESPECÍFICAS FEADER																						
Artigos	Apoio ao Desenvolvimento Rural - Medidas Individuais	PRIORIDADE HORIZONTAL (1) Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais, com																				
		↓			↓			↓			↓			↓			↓			↓		
Objetivos EU 2020	C.INT. C.sust C.inc	C.INT. C.inc	C.INT. C.inc	C.SUST. E Estratégia BIODIVERSIDADE	C. SUST.	C. INT. C. INC C. sust																
Objetivos temáticos QEC	1 e 10 2 e 3	3 1, 8 e 9?	3 1, 8 e 9?	5 e 6 1 e 4	4 e 6 5, 1, 7 e 3	2, 8 e 9 10 e 11																
DOMÍNIOS DESENVOLVIMENTO RURAL																						
A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R					
INDICADORES DE RESULTADO E "TARGET" (23 no total)		1 opcional			3 e 2	4	7,8,9	5 e 6	10,11	12	13	17	14,15,16	18	19	20	21	22,23	23			
15ª	Transferência de conhecimentos e acções de informação	P		P	S	S	E	E	E	E	E						E	E	E			
16ª	Serviços de aconselhamento e serviços de gestão agrícola e de substituição nas explorações agrícolas	P			S	S	E	E	E	E	E	P	P				E	E	E			
17ª	Sistemas de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios						P															
18ª	Investimentos activos corpóreos				P	P			P	P	P	P	P	P	P							
19ª	Restabelecimento do potencial de produção agrícola afectado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas							P														
20ª	Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas				P	P	E	E						P			P					
21ª	Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais	S	S				E	E					P	P				P	P			
23ª	Florestação e criação de zonas arborizadas								P	P	P					P						
24ª	Criação de sistemas agro-florestais								P	P	P	E	E	E	E							
25ª	Prevenção e reparação de danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos								E	E	E											
26ª	Investimentos para a melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais								P	P	P	E	E	E	E	E						
27ª	Investimentos em novas tecnologias florestais e na transformação e comercialização de produtos florestais													P		P	E	E	E			
28ª	Criação de agrupamentos de produtores						P															
29ª	Agro-ambiente clima								P	P	P	P			P	P						
30ª	Agricultura biológica								P	P	P											
31ª	Pagamentos a título de Natura 2000 e da Directiva-Quadro Água								P	P	P											
32ª	Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas								P	P	P											
33ª	Designação das zonas sujeitas a condicionantes naturais e outras condicionantes específicas																					
34ª	Bem-estar dos animais						E	E														
35ª	Serviços silvo-ambientais e climáticos e conservação das florestas								P	P	P					P						
36ª	Cooperação	P	P		S	S	P		E	E	E			P			S	S	S			
37ª-40ª	Gestão de riscos							P														
42ª-45ª	Grupo de acção local LEADER																P	P	P			

Classificação de acordo com o documento "Technical paper for the joint CC and ExCo workshop on the 15 of March - Draft intervention logic for rural development post-2013 and possible associated indicators"

Cada Fundo QEC deve apoiar os seguintes objetivos temáticos, em conformidade com o objetivo fundamental de contribuir para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo:

- (1) reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- (2) melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- (3) reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas e dos sectores agrícola (em relação ao FEADER), das pescas e da aquicultura (em relação ao FEAMP);
- (4) apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os sectores
- (5) promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
- (6) proteger o ambiente e promover a eficiência energética
- (7) promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
- (8) promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
- (9) promoção da inclusão social e da luta contra a pobreza;
- (10) investimento na educação, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida;
- (11) reforço da capacidade institucional e da eficiência da administração pública.

EU 2020

Crescimento inteligente
Crescimento Sustentado
Crescimento Inclusivo

P - prioritário
S - secundário
E - eventual



Domínios do Desenvolvimento Rural		Prioridades do DR
A	Incremento da inovação e da base de conhecimentos nas zonas rurais;	Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos sectores agrícola e florestal e nas zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios:
B	Reforço das ligações entre a agricultura e a silvicultura, a investigação e a inovação;	
C	Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos sectores agrícola e florestal.	
D	Facilitação da reestruturação das explorações agrícolas que registam problemas estruturais graves, nomeadamente explorações com reduzida participação no mercado, explorações orientadas para sectores específicos do mercado e explorações que	Melhorar a competitividade de todos os tipos de agricultura e reforçar a viabilidade das explorações agrícolas, com especial incidência nos seguintes domínios:
E	Dinamização da renovação das gerações no sector agrícola.	
F	Melhoria da integração dos produtores primários na cadeia alimentar através de sistemas de qualidade, promoção em mercados locais e cadeias de abastecimento curtas, agrupamentos de produtores e organizações interprofissionais;	Promover a organização de cadeias alimentares e a gestão de riscos na agricultura, com especial incidência nos seguintes domínios
G	Apoio à gestão de riscos das explorações agrícolas.	
H	Restauração e preservação da biodiversidade, incluindo nas zonas Natura 2000 e nas zonas agrícolas de elevado valor natural, e das paisagens europeias;	Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas que dependem da agricultura e da silvicultura, com especial incidência nos seguintes domínios:
I	Melhoria da gestão da água	
J	Melhoria da gestão dos solos.	
K	Melhoria da eficiência na utilização da água pelo sector agrícola;	Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos sectores agrícola, alimentar e florestal, com especial incidência nos seguintes domínios:
L	Melhoria da eficiência na utilização da energia no sector agrícola e na indústria alimentar	
M	Facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, materiais usados e outras matérias-primas não alimentares para promover a bioeconomia	
N	Redução das emissões de óxido nítrico e de metano provenientes da agricultura	
O	Promoção do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura	
P	Dinamização da diversificação e da criação de pequenas empresas e de empregos;	Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais, com especial incidência nos seguintes domínios:
Q	Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais	
R	Melhoria da acessibilidade, utilização e qualidade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em zonas rurais.	

GLOSSÁRIO

CAPITAÇÃO – Consumo Humano médio expresso em quilogramas ou litros/habitantes, durante um período de referência, tomando para base do seu cálculo a população residente no território a meio ou fim do ano consoante o período de referência observado.

DE – DIMENSÃO ECONÓMICA – Estabelecida com base no Valor de Produção Padrão (VPP) total, expresso em Euros. As explorações podem ser classificadas em:

- Explorações Muito Pequenas < 8 000 euros de VPPT;
- Explorações Pequenas 8 000 a < 25 000 euros de VPPT;
- Explorações Médias 25 000 a < 100 000 euros de VPPT;
- Explorações Grandes \geq 100 000 euros de VPPT.

Nota: Até 2004 a DE era calculada com base nas Margens Brutas Standard (MBS). **Não é possível a comparação** da Dimensão Económica calculada com base no VPP com a Dimensão Económica calculada com base nas margens brutas standard (MBS)

GRAU DE AUTOAPROVISIONAMENTO - Coeficiente, traduzido em percentagem, dado pela razão entre a produção interna (exclusivamente obtida a partir de matérias primas nacionais) e a utilização interna total; mede, para um dado produto, o grau de dependência de um território relativamente ao exterior (necessidade de importação) ou a sua capacidade de exportação.

IPI - ÍNDICE DE PREÇOS IMPLÍCITOS NO VAB AGRÍCOLA- O Índice de Preços Implícito no VAB agrícola resulta do rácio entre o VAB agrícola a preços correntes e a preços constantes e traduz a evolução da valorização pelo mercado do valor acrescentado (ou produto) da atividade agrícola, isto é, a variação desse produto que é devida às alterações dos preços dos bens vendidos e consumidos pela agricultura. A atribuição da denominação preço implícito deve-se à inexistência de um preço para o produto. De fato, o produto agrícola resultada da diferença entre a produção e os consumos intermédios, consequentemente a sua valorização depende da valorização dos preços destas componentes. Quando confrontado com o índice de preços implícito do PIB (que resulta do rácio entre o PIB a preços correntes e a preços constantes) reflete a variação real do poder aquisitivo do produto que é devida às alterações de preços dos bens produzidos e consumidos pela agricultura e pelos restantes sectores de atividade.

MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

População agrícola familiar com atividade agrícola, composta pelo produtor agrícola (agricultor) e restantes membros da família com atividade na agricultura da exploração respetiva, e assalariados permanentes. Não se contabilizam os assalariados com carácter eventual e consideram-se apenas as explorações associadas a produtores singulares (autónomos e empresários).

MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA A TEMPO PARCIAL

Mão-de-obra que emprega menos de metade de um tempo completo na atividade agrícola da exploração, sendo que 100% do tempo completo corresponde a 40 ou mais horas por semana, ou a 220 dias ou mais por ano, ou a 12 meses por ano, incluindo 1 mês de férias.

OTE - ORIENTAÇÃO TÉCNICO ECONÓMICA - Estabelecida em função do peso relativo, em valor, de cada produção vegetal ou animal para o Valor de Produção Padrão (VPP) total duma exploração, expresso em Euros.

Nota: Até 2004 a OTE era calculada com base nas Margens Brutas Standard (MBS). **Não é possível a comparação** da OTE calculada com base no VPP com a OTE calculada com base nas MBS.

SAU - SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA - Superfície da exploração que inclui terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), culturas permanentes e prados e pastagens permanentes (em terra limpa e sob-coberto).

UTA - UNIDADE DE TRABALHO AGRÍCOLA Unidade de trabalho agrícola equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano, medido em horas (1 UTA 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

VAB – VALOR ACRESCENTADO BRUTO - Resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio.

VABpm - VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO. Os preços de mercado resultam do confronto entre a oferta e a procura, mas refletem igualmente medidas de política como barreiras alfandegárias, incluindo tarifas, quotas de produção, intervenção, etc.

VABpb - VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS BASE . A valorização a preços base é igual ao preço de mercado acrescido do apoio específico aos produtos, que engloba as ajudas pagas por unidade de bem ou serviço produzido. Consideram-se, entre outros, os pagamentos por área semeada de cereais, os pagamentos por cabeça normal dos ovinos e bovinos e as ajudas à produção de azeite.

VABcf - VALOR ACRESCENTADO BRUTO A CUSTO DE FATORES. A valorização a custo de fatores inclui o preço de mercado, os subsídios aos produtos (preços base) e os subsídios desligados da produção, de que são exemplos, o regime de pagamento único (RPU), as bonificações de juros, as ajudas às retiradas de terras, as indemnizações compensatórias e os pagamentos no âmbito das medidas agroambientais.

VPP – VALOR DE PRODUÇÃO PADRÃO - É o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em hectare ou cabeça de gado (natural e não normal, sendo para 100 bicos no caso das Aves), conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos VPP para o RA 2009 cobriu o quinquénio 2005 a 2009, para o nível geográfico NUTS II. O *valor de VPP total duma exploração* é a soma do VPP de cada atividade, vegetal e/ou animal existente na exploração, sendo o VPP de cada atividade a valorização da respetiva superfície ou efetivos animais pelas VPP estabelecidas regionalmente para as diferentes produções, vegetais e animais.